

**ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil, realizou-se a **Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA**, no auditório do CAFF, situado à Rua Carlos Chadas nº 55, nesta Capital com início às 14h30min e com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Salzano Barreto**, Representante da Secretária da Saúde; **Sra. Mara Sasso e Sra. Tanira Nara Schorn**, Representantes da Secretária de Educação; **Sr. Antônio Soler**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Tenente Coronel Nelsohoner Sebajes da Rocha**, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sr. Antenor Pacheco Netto**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Eberson José T. Silveira**, Representante da Secretária de Energia, Minas e Comunicações; **Sr. Flavio Lewgovy**, Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Marco Simon**, Representante Titular da ASEPAN; **Sr. Maurício Vieira de Souza**, Representante Suplente do CLEPEI; **Sra. Kathia Vasconcelos Monteiro**, Representante Titular do Núcleo de Amigos da Terra; **Sra. Adriane Costa**, Representante Titular do Centro de Estudos Ambientais; **Sr. Mário Buede Teixeira**, Representante Titular de Instituição Universitária Privada; **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior**, Representante Titular do DRNR; **Sr. Elizário Toledo**, da FETAG; **Sr. Hugo Springer**, Representante da FIERGS; **Sr. Francisco Lineu Schardong**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Jackson Müller**, Representante Suplente da FAMURS; **Sr. Ricardo Litwinski Süffert**, Representante Suplente do Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Vanderlei Weschenfelder**, Representante Titular do SINDIÁGUA; **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva**, Representante da FEPAM e **Sr. Cláudio Roberto Langone**, Secretário do Meio Ambiente e Presidente deste Conselho. Participaram também: Sr. Manuel Zurita e Sra. Marlova Finger, SMAM; Sra. Silvia Cappelli, Ministério Público; Sra. Berenice Roth, Fundação Moã; Gustavo de Moraes Trindade, Assessoria Jurídica da SEMA; Sra. Maria Augusta Feldmann, Presidente da Fundação Zoobotânica; Sr. Alexandre Bugin, da ABES/RS; Sr. Edison Lisbôa, da APARP/São Luiz Gonzaga e Sra. Dolores Pineda, Diretora Técnica da FEPAM. Após a assinatura do Livro de Presenças e verificação do quórum, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos. **Sr. Cláudio Roberto Langone**: em primeiro lugar, em nome da Secretaria de Meio Ambiente e da Presidência deste Conselho gostaria de saudá-los, depois de um breve período de recesso, em que tivemos, ao final do ano passado, as duas últimas reuniões sem “quorum”. Vamos avaliar esta questão num dos pontos dessa reunião e, após algumas consultas aos seguimentos representativos do Conselho entendemos que, no período de janeiro/fevereiro, pela não-existência de assuntos de extrema urgência, tivéssemos um recesso com a retomada no mês de março. Está previsto para o segundo ponto, uma apreciação geral que reoriente o planejamento das reuniões, avalie as Câmaras Técnicas, periodicidade e dinâmica de trabalho. Temos hoje, na Ordem do Dia, uma pauta razoavelmente extensa, tentando atender a demanda da própria Presidência e algumas solicitações que nos chegaram. **Comunicações**: ato de nomeação da senhora **Adriane Lobo Costa**, do Centro de Estudos Ambientais, para integrar o CONSEMA, na condição de representante titular, em substituição a Alexandre Melo Soares. Publicação, no Diário Oficial do Estado, da Resolução CONSEMA 01/2000 que: “Fixa critérios de compensação de danos ambientais causados por grandes empreendimentos”. O Secretário Clóvis Igenfritz comunica que, nessa reunião, está representado pelo Dr. Antônio Soler, Coordenador do Programa Mar de Dentro. Tivemos também uma solicitação de parte do Núcleo Amigos da Terra para inclusão de um relato sobre a situação atual das Termelétricas de Jacuí, Candiota III e Uruguaiana; a apresentação e debates sobre mecanismos de inserção da questão ambiental no orçamento participativo do Estado, que entendemos, está incluído como assuntos gerais nessa reunião do Conselho. Comunicação da Câmara Técnica Provisória, formada para atender a elaboração da norma de incineração de resíduos de serviços de saúde, da conclusão do seu trabalho em 15 de dezembro passado, e que está pronto para análise desse Conselho. Nós avaliaremos na organização de pauta para as próximas reuniões, mas já antecipamos que a idéia é promover uma Audiência Pública a respeito desse assunto, promover, antes da reunião do Conselho, um seminário técnico específico, voltado ao público componente do Conselho, para que essa proposição de Norma seja, suficientemente, debatida antes de vir à apreciação final por esse Plenário. Recebemos, também, um documento enviado pela Dra. Sílvia Cappelli, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária, solicitando informações sobre o prazo estimado para a finalização da elaboração da norma técnica e conseqüente expedição de Resolução do CONSEMA sobre resíduos hospitalares. Informamos que a Câmara Técnica concluiu os trabalhos e entramos em processo de debate público e avaliação por esse Conselho, inclusive, por vários aspectos conjunturais que têm forçado a discussão desse assunto e, com inquéritos em várias cidades do Estado. **Ordem do Dia**: 1º) aprovação das Atas da 22ª, 23ª reuniões ordinárias e 14ª reunião extraordinária do CONSEMA; 2º) Apresentação da Minuta de Resolução sobre municipalização do licenciamento ambiental; 3º) Avaliação do Conselho; 4º) Relato sobre a situação das termelétricas, política ambiental, OP Estadual, pesca e Petrobrás. Já antecipo um pedido de compreensão dos senhores que, a partir da solicitação de que se incluísse o ponto de orçamento participativo, conseguimos viabilizar a presença do Dr. Ubiratan, Coordenador do Gabinete de Orçamento e Finanças do Governo do Estado e que responde pela condução do processo do Orçamento Participativo. Pedimos a

60 compreensão dos senhores para que possamos viabilizar a apresentação do assunto. Tivemos solicitação de
61 inclusão, de relato, sobre a situação da pesca, e um pequeno espaço para o Prof. Lewgoy abordar a questão da
62 Petrobrás. Hoje pela manhã tivemos uma reunião com as Organizações Não-Governamentais, para debater a
63 Política Ambiental do Estado, e temos vários representantes de ONGs que foram convidados para acompanhar
64 essa reunião. Passamos a apreciação das Atas, que foram, previamente, distribuídas aos Conselheiros. Ata da 22^a
65 Reunião Ordinária do CONSEMA. Sempre lembrando que eventuais correções de gramática e de forma do texto
66 podem ser encaminhadas, diretamente, à Secretaria do CONSEMA. Essa nossa apreciação se prende mais a uma
67 avaliação de conteúdo que porventura provoque uma alteração do conteúdo das posições emitidas pelos
68 Conselheiros. Podemos acolher o silêncio como manifestação de acordo em relação a Ata da 22^a Reunião?
69 Considerada **APROVADA a Ata da 22^a Reunião Ordinária**. Em apreciação a Ata da 23^a Reunião Ordinária do
70 CONSEMA. A ausência de manifestação sobre a Ata, podemos considerá-la aprovada? **APROVADA a ata da**
71 **23^a Reunião Ordinária**. Passamos a Ata da 14^a Reunião Extraordinária do CONSEMA. **Sra. Adriane Costa:**
72 no início repete duas vezes “a representante do CEA”. **Sr. Presidente:** registraremos e corrigiremos. Lembro que
73 fizemos, um pouco antes da Conselheira tomar assento, que todas as correções de forma de texto podem ser
74 encaminhadas, diretamente, à Secretaria Executiva, uma vez que elas não provocam alteração de conteúdo. Está
75 **APROVADA a Ata da 14^a Reunião Extraordinária do CONSEMA**. Passamos ao próximo ponto: **1)-**
76 **apresentação da Minuta de Resolução sobre a Municipalização**. Passo a palavra ao Dr. Nilvo, Diretor-
77 Presidente da FEPAM e ao Dr. Gustavo Trindade, Assessor Jurídico da SEMA, para que procedam a
78 apresentação. Essa Minuta tem como elemento motivador a necessidade de aperfeiçoamento do processo de
79 descentralização da gestão ambiental no Estado, em particular, do licenciamento das atividades consideradas de
80 impacto local e, parte de uma iniciativa da Secretaria que constata a necessidade de definir melhor os
81 procedimentos para o encaminhamento desse processo de descentralização, numa relação complementar à
82 Resolução 237 do CONAMA e a própria Resolução CONSEMA nº 05/98. Nós enviamos aos Senhores
83 Conselheiros uma minuta preliminar, com uma idéia geral dessa Resolução. A idéia é de que a sua aprovação se
84 dê no momento que esse Conselho julgar a questão, suficientemente, discutida para deliberação e ela faz parte de
85 um processo de relação com os Municípios, que vem sendo desenvolvido por esta Secretaria, ao longo do ano
86 passado, e que teve, há três dias atrás, a institucionalização de uma Comissão Técnica Bipartite Permanente, para
87 tratar dos assuntos relativos à relação Estado x Município na gestão ambiental do Estado. Essa Comissão é
88 composta por cinco integrantes da SEMA, três integrantes da FAMURS, dois representantes da AGM e, reunir-
89 se-á periodicamente. Está efetivada por uma Portaria da Secretaria do Meio Ambiente, e a idéia é que seja um
90 espaço institucional permanente de debate dessas questões, destacadamente o licenciamento ambiental. Tem
91 como objetivo, dar seqüência a uma proposta que nós, Rio Grande do Sul, temos defendido junto ao Ministério
92 do Meio Ambiente, que é a necessidade de criação de um espaço institucional permanente de diálogo entre
93 Governo da União, Estados, por suas representações, e Municípios, para discutir assuntos comuns, de
94 compartilhamento da gestão ambiental em torno do SISNAMA. Essa proposta está sendo apreciada, nesse
95 momento, pelo Ministério, o Ministro já concordou com essa institucionalização na relação Ministério x Estados,
96 que é um pouco mais fácil, pois é um número muito menor de Estados. Temos insistido muito para que os
97 Municípios sejam incluídos num Fórum que reunir-se-ia, periodicamente, para tratar desses assuntos de interesse
98 comum. Nós debatemos o assunto nessa Comissão, tivemos várias sugestões de agregação que serão apresentadas
99 nessa reunião mas, a idéia central é que seja estabelecido um mecanismo para viabilizar o início do processo de
100 licenciamento ambiental das atividades de impacto local pelos Municípios a partir da certificação de que os
101 mecanismos exigidos na Resolução do CONAMA nº 237 e na Resolução CONSEMA nº 05/98 estejam,
102 efetivamente, cumpridos e que isso se articule com um programa maior, voltado à capacitação dos Municípios,
103 resguardadas as suas diferenças de portes, de escalas e de realidades regionais. Passaria a palavra ao Dr. Nilvo
104 para apresentar, sucintamente, a minuta de Resolução e, posteriormente, abriremos o debate ao plenário. **Sr.**
105 **Nilvo da Silva:** boa-tarde a todos. Vou fazer uma apresentação rápida no sentido de explicitar quais são as
106 questões que nos levaram a propor essa minuta de complementação à Resolução CONSEMA 05 e quais os
107 principais elementos que estão contidos nessa Resolução. A FEPAM já vinha desenvolvendo um processo
108 descentralização por meio de convênios com Municípios, desde a metade da década de 90. A Resolução
109 CONAMA nº 237, estabeleceu um princípio básico: “não deve haver dois licenciamentos para um mesmo
110 empreendimento”. As atividades de impacto local são de competência do município. Evidentemente, isso não
111 resolve a questão, falta a definição do que são atividades de impacto local e esse foi o objeto da Resolução
112 CONSEMA nº 05, que arbitrou quais eram as atividades de impacto local, definiu tipos de atividade e o porte
113 considerado de impacto local. Esta proposta de minuta não altera a Resolução no que diz respeito as atividades
114 de impacto local. Ela estabelece critérios básicos como um Fundo Municipal e um corpo técnico do município. A
115 Resolução CONSEMA nº 05 concebeu o processo de licenciamento até a emissão da licença, com uma análise
116 técnica preliminar e a emissão do papel-licença ambiental. Após isso, não se sabe o que acontece no município.
117 Não basta apenas emitir a licença, necessariamente, tem que haver a capacidade do município de fiscalizar o
118 cumprimento nos termos da licença. Começamos a ter problemas na prática. Um exemplo, talvez mais

119 interessante, por vários aspectos, é o Consórcio de Municípios do Vale do Taquari, onde a Associação fez
120 convênio com uma Universidade Regional para fazer as análises técnicas preliminares das licenças. Se por um
121 lado é positiva a iniciativa dos municípios, em consórcio, realizar o licenciamento ambiental, mas evidentemente
122 o poder de polícia não pode ser exercido pela universidade, uma vez que vários municípios não criaram nenhuma
123 estrutura técnica para tratar da questão de meio ambiente. O processo de licenciamento se esgota na análise
124 técnica, na emissão da licença, e não há mais ninguém com poder de polícia para fiscalizar o cumprimento dos
125 termos da licença. O processo de licenciamento ficou pela metade, e isso a Resolução CONSEMA 05 não regrou.
126 Este é um primeiro aspecto importante. Outras questões: a Resolução CONSEMA nº 05 não diz, por exemplo,
127 qual é o procedimento administrativo para se saber se o município está licenciando ou não. Então, o que
128 aconteceu no Estado? Vários municípios começaram a licenciar sem que comunicassem, nem a este Conselho
129 nem ao Órgão Estadual. Na prática, hoje, há municípios licenciando atividades de impacto local sem que o órgão
130 estadual licenciador saiba. Outra questão que a CONSEMA 05 não regrou: não sabemos quais são os códigos
131 que estão sendo usados, a tipologia das atividades no licenciamento municipal. Então, nós temos 467 municípios
132 no Estado e podemos ter a perspectiva, já que não há regramento sobre isso, de cada município ter um código de
133 atividades diferentes. Não há nenhuma articulação entre as ações de licenciamento e os órgãos municipais e
134 estaduais. Além da necessidade, da verificação do cumprimento das exigências é importante a criação do Fundo,
135 de um Conselho Municipal com capacidade deliberativa, com participação na sociedade, e a estruturação de um
136 corpo técnico. Então, a nossa proposta é que seja o Conselho Estadual, a homologar, a credenciar os municípios
137 para o licenciamento ambiental, em nível local, com pareceres técnicos dos órgãos da Secretaria Estadual de
138 Meio Ambiente. O objetivo dessa resolução, não é alterar a lista de atividades de impacto local, mas
139 simplesmente, melhor regrear a relação entre os órgãos do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, entre os
140 órgãos municipais e os órgãos estaduais. Na reunião que tivemos da Comissão Bipartite, a representação dos
141 municípios propôs algumas pequenas alterações, concordando no mérito da proposta. Para o Município licenciar
142 uma atividade não deve ter legislação só sobre licenciamento, ele deve ter legislação que estabeleça o regramento
143 daquela atividade no município. Este é o centro da nossa proposta. **Sr. Gustavo Trindade:** boa-tarde. O que se
144 busca é o que já foi tratado a partir da Resolução 05/98, do CONSEMA. O que se tentou buscar, já que a própria
145 Resolução CONSEMA nº 05, tratava de alguns critérios e dispunha de três critérios para a possibilidade de um
146 município realizar o licenciamento ambiental, pois era necessário que alguém avaliasse se esses critérios estavam
147 sendo cumpridos ou não. Dessa maneira pensamos num processo que iniciaria, com o encaminhamento da
148 documentação comprobatória do obediência daqueles critérios. A Secretaria do Meio Ambiente encaminharia
149 um parecer a cerca dos documentos pelo município ao CONSEMA que deliberaria sobre a habilitação ou não do
150 município. Isso está sendo chamado de habilitação, mas pode-se, dependendo dos Conselheiros, dar-se um outro
151 nome para essa manifestação do CONSEMA a respeito ou não dos requisitos. Foram colocados dois novos
152 requisitos, a necessidade da existência dos servidores municipais com poder de polícia, em virtude do problema,
153 já relatado pelo Nilvo, e a necessidade do município possuir legislação que trate do licenciamento ambiental.
154 Outra coisa que se buscou foi, a existência de um órgão que verificasse o cumprimento dos critérios e a
155 necessidade de integração do SISEPRA com o conhecimento de quais atividades estão sendo desempenhados
156 pelos seus integrantes. Muitos municípios realizaram licenciamento ambiental sem que a FEPAM tivesse
157 conhecimento, porque a própria Resolução 05, não previa a necessidade de comunicação. Estabeleceu, no art. 4º
158 que, na existência de dúvida a respeito da competência em relação a realizar o licenciamento ambiental, isso
159 deveria ser decidido pelo Conselho. Tratou-se dessa necessidade de integração, de repasse informativo a respeito
160 do licenciamento ambiental, que se estaria utilizando os mesmos critérios, unificar a sistemática informatizada e
161 os critérios utilizados por todos os municípios do Estado no licenciamento ambiental. Outro item tratado, que é
162 polêmico, diz respeito a desabilitação, por descumprimento de regras da legislação ambiental, não podendo, o
163 Município, durante determinado tempo, realizar o licenciamento ambiental das atividades consideradas de
164 impacto local. Por fim, no que dispõe o art. 7º, que tenta realizar e disciplinar uma fase de transição, ou seja,
165 todos aqueles municípios que hoje já realizam licenciamento ambiental, que já cumprem os três requisitos
166 estabelecidos na Resolução 05, teriam prazo de 60 dias para encaminhar à SEMA e, posteriormente, envio ao
167 CONSEMA, os requisitos habilitatórios. Após, esses mesmos municípios, que já realizam licenciamento
168 ambiental, com base nos critérios da Resolução nº 05, teriam um prazo de 180 dias para encaminhar o
169 cumprimento dos outros dois novos requisitos. Basicamente, foi isso o objeto de ter um órgão que avalia o
170 obediência desses critérios, e um órgão que centralize as informações de que municípios estão realizando
171 licenciamento ambiental ou não. **Sr. Marco Simon:** a primeira dúvida é quanto a questão da legalidade dessa
172 proposta de chegar ao Conselho através da criação de uma Portaria, de um Grupo de Trabalho da Comissão
173 Técnica Bipartite, sendo que tinha uma Câmara Técnica específica no Conselho para tratar desse assunto e,
174 simplesmente, não foi mais convocada. Se caiu no vazio e se chega aqui com uma proposta de minuta sem ter
175 sido sequer passada pelo CONSEMA a partir da questão da legalidade. **Sr. Nilvo da Silva:** há que diferenciar
176 duas questões, e não colocaria em termos de legalidade mas, do ponto de vista do que é a Comissão Bipartite. A
177 Comissão Bipartite, na verdade, é uma necessidade dos órgãos executivos de articular suas ações e suas políticas

178 e, obviamente, o setor público como um todo. Temos que articular as ações da FATMA, da FEPAM, FEEMA,
179 CETESB, com as ações do IBAMA para que possamos, efetivamente, implantar uma política de meio ambiente
180 efetiva no País. Dentro do Estado há a necessidade, também, de relação dos órgãos federados para
181 estabelecimento de políticas ambientais no Estado. Portanto, é importante articular as ações da FEPAM com as
182 Secretarias Municipais de Meio Ambiente, esse é o objetivo da Comissão Bipartite. Ela é de caráter executivo.
183 Esta proposta de resolução não foi feita pela Comissão Bipartite e sim da SEMA, baseada na nossa experiência
184 cotidiana, nos problemas que temos no trabalho executivo. Então, esta proposta está sendo trazida, em primeira
185 mão, para o CONSEMA, para avaliação dos Conselheiros, que podem aprová-la, rejeitá-la, na totalidade ou
186 modificá-la. O que estamos fazendo é relatar ao Conselho uma necessidade objetiva que constatamos na nossa
187 prática diária de gestão ambiental no Estado. **Sr. Francisco Schardong:** se vamos considerar como corte de
188 mato local na lavoura de menos de 50 ha, vocês falam em canal para irrigar essa lavoura, não consegue plantar
189 50 ha de arroz em um quilômetro de canal. **Sr. Ricardo L. Süffert:** o art. 3º fala: “Somente após manifestação
190 positiva do CONSEMA”. Então, como se daria essa manifestação positiva do CONSEMA, qual é o mecanismo
191 dessa manifestação? O segundo ponto, no art. 5º: “O município habilitado deverá se disponibilizar anualmente à
192 SEMA com o número de atividades”. O número que eu não entendi. É simplesmente a quantidade, como, por
193 exemplo, dez licenças de posto de gasolina, ou, pelo que entendi, isso não seria suficiente para a SEMA. **Sra.**
194 **Kathia Monteiro:** em nome dos Amigos da Terra quero dizer que não vamos discutir essa questão,
195 considerando que nós investimos o nosso tempo na Câmara Técnica. É a primeira vez que isso acontece nesse
196 Conselho, onde uma Câmara Técnica é atropelada, no caso pelo SEMA. A FEPAM, quando era Presidente desse
197 Conselho nunca havia feito isso, nós queremos sugerir que essa discussão volte à Câmara Técnica para podermos
198 discutir o assunto. Se não for assim, os Amigos da Terra não vão se manifestar sobre isso. **Sr. Mário Teixeira:**
199 no art. 2º é citada a Comissão de Municipalização, gostaria de saber a posição e a atribuição desta Comissão. **Sr.**
200 **Nilvo da Silva:** quanto ao porte, essa Resolução não altera a tabela que foi deliberada por esse Conselho. Repito,
201 aquela tabela de porte e atividades, o que é de impacto local, não é tratado nessa proposta de resolução. O anexo
202 não está incluído nesta Resolução. **Sr. Ricardo Süffert:** o que foi constante no documento fornecido aos
203 senhores Conselheiros foi o original da Resolução 05 e a nova proposta. Todo aquele anexo com rol de
204 atividades que consta do documento que receberam, é o que já está em vigência hoje. **Sr. Nilvo da Silva:** esse
205 anexo foi só para esclarecimento, mas, na verdade, para ficar bem claro, não se trata de alterar o anexo. O que é
206 de impacto local continua mantido, exatamente como já tinha sido aprovado pelo CONSEMA. **Sr. Presidente:**
207 até que a Resolução CONSEMA nº 05/98 seja alterada por esse Conselho e, nesse momento, não há nenhum
208 pedido de alteração. **Sr. Nilvo da Silva:** quanto ao número de atividades, em função da Resolução CONSEMA
209 05/98, há duas modalidades de licenciamento no nível municipal: as atividades que estão listadas na CONSEMA
210 05/98, que são as definidas como impacto local; e licenciamento nos municípios, que são um porte maior do que
211 definido nesta Resolução, em que a FEPAM delega a sua atribuição para o município por avaliar que tem
212 condições. O caso típico é o município de Porto Alegre, por delegação da FEPAM, e a negociação que está
213 sendo desenvolvida com o município de Novo Hamburgo, que, por delegação, também vai passar a licenciar
214 acima da CONSEMA nº 05/98, por possuir estrutura suficiente. O que estamos trazendo é uma necessidade
215 urgente constatada na prática. É um problema concreto, existente, que é o crescimento de municípios licenciando
216 no Estado sem que tenhamos qualquer informação sobre o que está sendo licenciado, sobre quais procedimentos
217 estão sendo adotados e, mesmo se os municípios cumpriram os critérios da Resolução CONSEMA n 05/98.
218 Portanto, pareceu-nos bastante razoável, discordamos completamente do que mencionou a Conselheira, de que
219 isso deveria passar pela Câmara Técnica. Pela urgência e pelo conhecimento que a FEPAM domina no seu dia a
220 dia, pareceu-nos razoável trazer uma minuta para a apreciação do Conselho, que tem a prerrogativa de rejeitar na
221 sua totalidade, propor uma resolução diferenciada ou alterar a CONSEMA nº 05/98. Mas me parece que essa é
222 uma atitude responsável, por parte da Secretaria e da FEPAM, de trazer aos Conselheiros uma minuta com o
223 acúmulo da sua experiência concreta, diária, cotidiana e que, evidentemente, temos que dar resposta no dia a dia,
224 e não podemos esperar as reuniões do CONSEMA. Isso está acontecendo e vem acontecendo desde a aprovação
225 por esse Plenário. Como a Resolução CONSEMA nº 05/98 foi aprovada por este Conselho, e percebemos, na
226 prática, necessidade de complementação, estamos trazendo uma proposta. Recebemos ofícios quase que
227 diariamente de municípios solicitando informações sobre como agir. Não há regramento, e temos que estabelecê-
228 lo, preferimos que o Conselho delibere sobre isso na sua totalidade e o estabeleça. Esta é uma proposta, então,
229 evidentemente, a Conselheira do Amigos da Terra e qualquer Conselheiro tem toda a prerrogativa de propor
230 alterações e de, evidentemente, não concordar com a minuta proposta. Nós achamos que ela é importante e
231 urgente, é um problema concreto, acontecendo todos os dias. Tivemos as duas reuniões, do último ano, do
232 CONSEMA, onde não tivemos “quorum” e, evidentemente, o Estado do Rio Grande do Sul não parou nesse
233 tempo. Tivemos a necessidade de dar respostas, e os problemas estão se acumulando. Este é o motivo de
234 trazermos uma minuta pronta para o Conselho. Mas, evidentemente, não se discute aqui a importância do
235 CONSEMA deliberar, analisar e evidentemente nós não estamos propondo ao Conselho que aprove agora essa
236 minuta. O Conselho aprova essa minuta quando achar que está, suficientemente, esclarecido sobre o assunto. Mas

237 é importante esclarecer que o licenciamento municipal, da forma como está sendo feito, vai continuar sendo feito
238 no Estado. Eu falei do número de atividades, mas, faltou um detalhe importante. Nós achamos, que não cabe ao
239 Órgão Estadual reconhecer cada licença de pequeno porte em todo o Estado. Nos interessa saber a quantidade,
240 em cada atividade, que os municípios estão licenciando. No caso das atividades delegadas, que são aquelas acima
241 da CONSEMA 05, quando nós delegamos, como foi o caso do município de Porto Alegre, e esta é uma
242 prerrogativa do Órgão Executivo, nós solicitamos auditorias externas sobre os procedimentos de licenciamento a
243 cada ano, e determinamos que o órgão municipal nos envie o conteúdo de cada licença emitida, pois são
244 atividades de maior porte. Mas naquelas que o município licencia, que são de pequeno porte, a nossa avaliação é
245 que não faria sentido, nem teríamos como processar tamanha quantidade de informação, sobre a licença de cada
246 pequena atividade emitida no Estado. Essa foi a filosofia que orientou essa cláusula. Sobre o mecanismo de
247 CONSEMA, prefiro que o Gustavo faça essa exposição. **Sr. Gustavo Trindade:** complementando, o artigo
248 mencionado refere o número de atividades licenciados, porte e grau de poluição. Já que esta é uma competência
249 do município licenciar impacto local, nós não temos como estar interferindo, é competência dele licenciar e ele
250 vai responder por esse tipo de licenciamento. O que nos interessa é que essas informações venham a servir de
251 base e conhecimento para os órgãos integrantes do SISEPRA. Quanto ao perguntado pelo Prof. Mário, essa
252 Comissão de Municipalização da SEMA seria um órgão ainda a ser criado, por integrantes da Secretaria, que
253 teria a tarefa de avaliar, inicialmente, a documentação emitindo parecer acerca do obediência ou não dos
254 critérios. Ou seja, esse parecer seria encaminhado ao CONSEMA que decidiria sobre habilitação ou não daquele
255 município. **Sr. Presidente:** gostaria de informar aos Conselheiros que vamos tratar do assunto das Câmaras
256 Técnicas no ponto de avaliação do Conselho. Essa Câmara Técnica não está funcionando desde 29-03-1999.
257 Suas últimas reuniões não tiveram “quorum”. Venceu o prazo de funcionamento, situação essa que é mais ou
258 menos generalizada nas Câmaras Técnicas do Conselho, e que vamos querer discutir aqui. Mais de 80% das
259 Câmaras Técnicas têm o seu funcionamento inviabilizado por falta de “quorum” dos membros originalmente
260 escolhidos. É preciso que seja feita uma avaliação conjunta, um novo pacto de responsabilidade sobre o
261 funcionamento destas Câmaras para que elas possam retomar o espaço que lhes é devido no funcionamento do
262 Conselho. De fato, essa Câmara não está institucionalizada por ato legal desse Conselho e não funciona desde
263 29-03-1999. **Sr. Jackson Müller:** gostaria de descrever um pouco esse processo do licenciamento ambiental em
264 nível local, até para ouvir alguns Conselheiros que tenham uma visão desse processo na sua atualidade.
265 Começamos a discutir no ano de 1994 o processo de licenciamento das atividades de impacto local, junto com a
266 FEPAM, com o objetivo de tratar dos problemas que, de uma certa maneira, não estavam sendo alvo ou foco
267 principal de atuação da FEPAM. Em 94, foi estabelecido que os municípios, para se habilitarem ao processo de
268 licenciamento, deveriam possuir um órgão, setor, departamento ou secretaria específica para a área ambiental,
269 deveriam possuir um Conselho de Meio Ambiente com representação social, deliberativa, consultivo, um plano
270 diretor ou uma lei de diretrizes urbanas no processo e possuírem um capítulo na Lei Orgânica ou legislação
271 ambiental específica. Em 95 tivemos a assinatura do primeiro convênio entre a FEPAM e o município de
272 Estância Velha. Posteriormente, mais nove municípios assinaram esse convênio. No final de 97 foi publicada a
273 Resolução CONAMA 237. De uma certa forma, auxiliou, implementou, estimulou o processo de licenciamento
274 das atividades de impacto local. Em 98 tivemos a aprovação da Resolução CONSEMA nº 5/98, condicionando a
275 necessidade de discussão dos portes de potenciais e atividades a serem licenciadas, numa escala progressiva de
276 capacitação administrativa do município junto a Câmara Técnica que trabalhou, aproximadamente, durante seis
277 meses nesse processo. E o que vimos foi um estacionamento dessa discussão, uma parada e, num seminário que
278 desenvolvemos em 98, parcialmente em 99, havia um entendimento, em vários setores, de que a Resolução
279 CONAMA nº 237, era auto-aplicativa, e os municípios deveriam se organizar para atender o disposto no art. 6º
280 da Resolução Federal. Entendemos, dentro da FAMURS, que o regramento do processo de licenciamento
281 ambiental das atividades de impacto local deve partir de uma linguagem comum com o que já existe na
282 experiência acumulada da FEPAM, principalmente, nesse aspecto. Temos também o licenciamento pelo DRNR
283 que também tem acumulado experiência dentro dessa área. E vimos, nessa caminhada de 94 até 2000, que havia
284 um processo de discussão, de implementação progressiva das atividades de impacto local, e que foi atravessada
285 por um outro processo, que é o PRONAF, na época, vinculado à Secretaria da Agricultura. Hoje temos mais de
286 350 municípios licenciando pelo PRONAF, e o que se criou, foi uma dificuldade, tendo dois elementos
287 diferentes, um mais discutido, que era o que se estabelecia com a FEPAM e um que praticamente foi imposto,
288 que era o do PRONAF. A idéia da Câmara Técnica que discutia esse assunto, era uma idéia extremamente
289 importante, nós já estávamos num estágio bastante avançado de discussão, quando estabelecíamos que a
290 Resolução nº 5/98, do CONSEMA seria, o piso daquelas atividades que o município poderia começar a licenciar,
291 até porque, na grande maioria dos casos, essas atividades a FEPAM não realizava ainda o licenciamento, por
292 serem de porte mínimo ou pequeno. Estamos assistindo, com essa proposta, agora com essa minuta que a SEMA
293 encaminha ao Conselho, é um regulamentação da 05, partindo do princípio que temos uma diversificação muito
294 grande de municípios no Estado, com vocações totalmente distintas, e essa situação é uma preocupação também
295 da FAMURS, no sentido de que esse processo de regramento, do licenciamento das atividades de impacto local,

296 se dê em sintonia, em harmonia com a legislação ambiental vigente, com o próprio aprendizado da FEPAM nesse
297 processo. Nós analisamos detalhadamente a minuta, e entendemos que ela não cria nenhuma dificuldade de
298 encaminhamento das discussões estabelecidas na Câmara Técnica que tratava das discussões das atividades de
299 impacto local. Entendemos que essa minuta deva, ao menos como componente básico, estar vinculada à
300 continuidade da Câmara Técnica, que não teve os seus trabalhos continuados. A FAMURS e a própria Comissão
301 Bipartite, verificou que é necessário só estabelecer alguns ajustes dessa minuta, no sentido de que o CONSEMA
302 estará assumindo uma atribuição bastante importante sobre o ponto de vista da municipalização dos impactos
303 locais. E entendemos, que o Estado do Rio Grande do Sul possui uma quantidade tão grande de atividades
304 efetivas ou potencialmente causadoras de degradação ambiental, que se tornaria insustentável a FEPAM tentar
305 licenciar isso tudo. Havia uma estimativa, há alguns anos atrás, de que o Rio Grande do Sul teria em torno de
306 51.000 atividades efetivas ou potencialmente poluidora. Nós achamos que esse número é até mais alto, pois a
307 FEPAM tem hoje licenciados em torno de 7.500 empreendimentos. Só isso já mostra a importância dessa
308 atividade, e temos clareza, enquanto município, daquele que se enfrontar nessa área, ele tem que ter a sua
309 estrutura mínima montada, pois senão ele vai se responsabilizar em função da própria Lei dos Crimes Ambientais
310 hoje. A FAMURS fez um levantamento prévio, ao nível da estrutura dos municípios, para lidar com essa questão
311 ambiental e para nossa surpresa e também satisfação, do levantamento prévio que temos hoje, 54% dos
312 municípios possuem alguma estrutura técnica para tratar dessas questões ambientais em nível local. Destes, 35%
313 estão licenciando, sendo que a maioria deles é do PRONAF e 29% desses municípios já possui um Fundo de
314 Meio Ambiente que já recebe recursos investindo em programas e projetos que repercutem na realidade local;
315 30% tem legislação ambiental específica e 40% já possuem Conselhos implantados. O que nós percebemos
316 dentro dessa organização proposta pela minuta é que ela vai estimular, na verdade, a qualificação das
317 administrações públicas para lidar com a variável ambiental, e os conselheiros sabem que essa realidade do
318 Estado, não é uma exclusividade do Rio Grande do Sul, meio ambiente dentro de Prefeitura, é uma coisa que
319 meio de escanteio. Nos últimos oito anos estamos conseguindo mudar essa realidade no Estado permitindo que
320 os municípios possam se qualificar, inclusive produzindo documentações e publicações técnicas que visam
321 auxiliar nesse processo, trazendo regramento legal. O que nós entendemos dentro dessa minuta na discussão que
322 fizemos com a SEMA, com o seu departamento, é que nos trouxe `a tona duas preocupações apenas: a SEMA
323 estrutura os requisitos, faz uma análise prévia, e remete ao CONSEMA, que faz a deliberação positiva ou não da
324 habilitação daquele município, voltando para a SEMA a responsabilidade de conduzir esse processo. Até porque
325 em caso de discussão, qual é a instância superior do Sistema Estadual de Proteção Ambiental? O Conselho. O
326 que nos preocupou mais com relação a questão dessa minuta, é com relação a esse processo de desabilitação ou
327 habilitação dos municípios. É uma situação que nós precisaríamos conversar um pouco mais sobre isso. Até
328 porque hoje há duas maneiras de um Prefeito ser preso, pelo menos: por ação(imperícia, negligência ou
329 imprudência) ou por omissão, que talvez seja o pior dos casos, e temos vários exemplos no Estado do Rio
330 Grande do Sul, de Prefeitos respondendo por crime Então, essa questão precisaria de um aprofundamento nesses
331 dois itens: primeiro, a proposta que fizemos no art. 1º, nós remetemos à SEMA, a nossa vontade, enquanto
332 município, de habilitação a esse processo. A SEMA estabelece os critérios e manda ao CONSEMA, como está
333 previsto no parágrafo 2º do art. 2º. Depois, há alguns ajustes só na parte final da minuta, no parágrafo 2º, se
334 mantida essa situação da desabilitação, a SEMA recebe a denúncia, notifica o município para apresentação da
335 sua defesa, recebe a defesa, e remete para o CONSEMA para deliberação retornando à SEMA para dar o parecer
336 final ao município. Nós entendemos, que esta proposta da minuta apresentada não fere o princípio estabelecido
337 em 98 para discussão das atividades de impacto local na Câmara Técnica proposta. É necessário avançar nessa
338 discussão, e buscar mecanismos efetivos de proteção ambiental na esfera local. Se um problema ambiental
339 acontece, ele acontece antes no município. É necessário instrumentalizar um poder público local para que
340 efetivamente possamos proteger o meio ambiente. E esta é a função básica dessa minuta, da Resolução 237 do
341 CONAMA e da Resolução 05/98 do CONSEMA. **Sr. Salzano Barreto:** no âmbito da Saúde Pública, dentro dos
342 eixos do Sistema Único de Saúde que destaca o papel do Estado em comum acordo com a união dos municípios
343 de evitar que as pessoas adoçam, por meio de ações de promoção de saúde, é hoje, especificamente nesse final e
344 início de século, um dos grandes desafios dos profissionais de saúde, da área de planejamento, do sistema de
345 saúde, ampliarmos os parâmetros de análise, os parâmetros de diagnósticos, os parâmetros de ação, transferindo a
346 atenção da saúde para o novo paradigma que é a atenção ao cliente. Ou seja, dentro desse raciocínio que,
347 internacionalmente, busca-se a integração dos profissionais de saúde e da expressão “de saúde” separa-se
348 claramente a saúde da recuperação dela, buscando-se a interação de profissionais na tomada de decisões, buscar
349 o desenvolvimento humano e do processo econômico e cultural. E o grande desafio deste Governo, é tentar
350 viabilizar o Sistema Único de Saúde. Nesta semana, cristaliza-se essa disposição e a Fundação Nacional da
351 Saúde, que trata especificamente dos eixos promoção e proteção, que são os três eixos – a recuperação,
352 promoção e proteção, estão dentro do Estado, ocorrendo com processos acelerados de fiscalização. Nesse
353 sentido, estabelece-se planos coordenados dentro do Sistema Nacional de Saúde, que tem que ser harmonioso do
354 ponto de vista de gestão, onde se estabelece, principalmente para o Estado, algo que chamamos de uma

355 programação particular integrada, onde se estabelece equipes mínimas para gerir a questão saúde – não a
356 recuperação dela, mas saúde no nível dos Municípios, no nível dos Estados. Nesse sentido penso, obviamente,
357 que centralizar é o mais correto que se possa propor ou desejar, haja vista a necessidade moderna, independente
358 da ideologia, da participação mais equânime possível da comunidade. Mas me parece que a complementação da
359 Resolução nº 05 não apresenta, em nenhum ponto que tenha visto, nenhuma exigência, nenhum indicativo para a
360 questão de quatro mínimo, ou seja, equipe mínima e para a questão de capacitação e financiamento dessa
361 estrutura. Gostaria de ter um esclarecimento nesse sentido, porque não é possível, Municípios que hoje ainda
362 titubeiam em criar uma equipe mínima para tratar da saúde humana, estruturarem-se para licenciar unidades
363 potencialmente poluidoras, certamente com uma estrutura muito mais aquém do que se propõe, hoje, estruturar
364 para a saúde humana. Penso que essa Resolução deva indicar algo nesse sentido, que estabeleça alguma coisa em
365 termos de especificação, número, capacitação harmoniosa dessa equipe, pois não é possível que cada Município,
366 a seu bel prazer, acabe interpretando legislações da forma mais particular possível. **Sr. Ricardo Süffert:** havia
367 feito um questionamento, de como o Município estará apto, conforme artigo 3º, para realizar o licenciamento
368 ambiental dessa atividade no próprio local só após manifestação positiva do CONSEMA. Perguntei como se dará
369 esse processo, esse procedimento aqui dentro do CONSEMA, mesmo que sejam potenciais, em tese, com mais
370 de quatrocentos Municípios no Estado do Rio Grande do Sul, uma parcela dessa maioria vai querer fazer esse
371 licenciamento. Então, como vai tramitar isso, como vai funcionar essa manifestação positiva e se isso vai ser
372 objeto de uma nova resolução do CONSEMA ou se já vai ser previsto dentro da própria resolução. **Sr.**
373 **Presidente:** Passamos às respostas e, após, para a próxima rodada de perguntas. **Sr. Gustavo Trindade:** no que
374 tange ao mecanismo, como se daria essa avaliação pelo CONSEMA o preenchimento ou não dos requisitos, isso
375 também não está fechado. Como se trata de uma proposta, há várias possibilidades. O CONSEMA pode criar
376 uma Câmara Técnica específica para tratar disso ou deixar parte de algumas reuniões, a cada mês, encaminhar-se
377 um relatório das conclusões emitidas por essa comissão de municipalização da SEMA, anteriormente, junto com
378 o material a ser tratado em cada reunião, e seja, no final de cada reunião, retirado um tempo para deliberação e
379 manifestação do CONSEMA. Sendo que, obviamente, seria encaminhado por essa comissão de municipalização,
380 documentação e o parecer que ela teve a respeito da documentação enviada pelos municípios. Mas isso pode, a
381 partir da discussão, ser tratado melhor pelo próprio CONSEMA. **Sr. Nilvo da Silva:** com relação a manifestação
382 do Salzano, em relação a questão da capacitação do município para assumir o licenciamento ambiental e, na
383 verdade, a descentralização do licenciamento. Evidentemente que isso tem que ser colocado também na
384 perspectiva de descentralização da gestão ambiental. Então, hoje, temos, efetivamente, municípios licenciando ao
385 mesmo tempo em que municípios com lixões, ou seja, o próprio município não está desempenhando a sua
386 atividade com propriedade, do ponto de vista ambiental, licenciando atividades privadas no município. Mas
387 repito, a decisão política de efetivar a descentralização já foi tomada através da Resolução CONSEMA 05/98
388 deste Conselho, que estabeleceu os critérios mínimos. Não se trata, aqui, de discutir a política, a decisão de
389 descentralizar, já que essa decisão já foi tomada e com base na Resolução CONSEMA 05 vários municípios
390 assumiram o licenciamento ambiental naqueles termos da Resolução. O que estamos propondo, e o que o Salzano
391 coloca é fundamental, é esse tipo de definição mais fina e necessária, mas no estágio em que estamos, a proposta
392 dessa minuta é um pouco mais restrita, é complementar a CONSEMA 05 naqueles pontos que achamos que são
393 concretos, identificados e que melhorariam, que regeriam melhor o que está acontecendo hoje no Estado.
394 Obviamente essa Resolução não resolve todo o problema da descentralização do licenciamento ambiental, isso
395 deve ser motivo de debate dentro deste Conselho e de deliberação também. Mas essa Resolução tem um objetivo
396 um pouco menos arrojado. Já temos um processo de descentralização deflagrado com alguns condicionantes que
397 achamos que são mínimos em excesso, estamos adicionando alguns itens que regeriam melhor essa situação,
398 hoje, no Estado, que permitiram, por exemplo, que o município se obrigasse a informar o órgão estadual de que
399 ele está licenciando. Pela CONSEMA 05/98 o município não precisa notificar a ninguém que ele está
400 licenciando. Temos que descobrir que o município está licenciando. Alguns municípios informam, outros não.
401 Essa é efetivamente uma situação muito complexa. O que o Salzano falou é correto, não tem como negar, mas
402 estamos saindo de uma situação bem menos regrada que essa, pretendemos, com essa minuta, passar para uma
403 situação intermediária e, obviamente, buscar critérios mais objetivos para a descentralização e para o que o
404 município esteja capacitado. Não chegamos lá ainda. **Sr. Mário Teixeira:** essa última declaração me leva a
405 perguntar se os municípios não estão obrigados a dar informações de seus licenciamentos à FEPAM,
406 considerando esse protocolo de intenções que foi firmado em 95, que o Conselheiro Jackson citou, parece-me,
407 então, que houve uma estrutura mal realizada. Ou seja, passou-se esse licenciamento aos municípios, a FEPAM
408 não procurou acompanhar como vem sendo realizado desde 95, quando começou nos municípios de Igrejinha e
409 Triunfo. Então, parece-me que é importante que se resgate a experiência do que foi feito durante todo esse
410 tempo, para podermos, agora, embasar todo o trabalho em cima do que foi mal realizado. Essa questão de
411 estabelecer esses dois novos critérios, dois novos requisitos parece-me que ainda não são suficientes, porque o
412 fato de ter implantado o Conselho Municipal de Meio Ambiente não significa que ele esteja em atividade, e
413 existem trabalhos que provam isso. Existe o Conselho, mas o não funciona, assim como o próprio Fundo

414 Municipal do Meio Ambiente também. Possuir no quadro pessoal legalmente habilitado também não garante que
415 esse pessoal faça o trabalho adequadamente, ou seja, há necessidade de treinamento desse pessoal. Aliás, a
416 gestão descentralizada que existia da FEPAM previa esse treinamento, e esse treinamento não está previsto como
417 item importante aqui. Assim como servidores municipais, no Item D, com poder de polícia precisam ser também
418 treinados, e é importantíssima essa questão do treinamento. A questão de existir na própria Lei Orgânica,
419 também, exigências com relação a plano plurianual e plano diretor, porque é a partir de uma estruturação, de uma
420 política que o município poderá estruturar todo o seu setor de licenciamento. Parece-me que há a necessidade de
421 introduzir nesses requisitos, de se analisar, primeiramente, essa experiência já existente e introduzir outros
422 requisitos fundamentais para que se possa, realmente, delegar aos municípios a tarefa do licenciamento. **Sr.**
423 **Marco Simon:** gostaríamos de voltar a questão da Câmara Técnica por motivos, extremamente, importantes. O
424 primeiro deles, a Câmara Técnica foi formalizada no segundo semestre de 98. Composta pela FARSUL,
425 Universidade Privada, ASEPAN, CEA, NAT, FAMURS e FEPAM. Até começar a campanha eleitoral, no final
426 de 98, essa Câmara Técnica se reuniu, praticamente, de quinze em quinze dias, desenvolvendo um trabalho
427 extremamente aprofundado. Chegamos a sistematizar uma série de conjuntos aprofundados de informações
428 básicas que poderiam subsidiar as informações que foram aprovadas na Resolução 05, que, na verdade, serviu
429 apenas como um passo inicial para a discussão, haja vista a já aprovação da 237 em nível nacional. Seria o passo
430 inicial, e por isso criou-se a Câmara Técnica. Nos três primeiros meses de 99, chamou-se duas – até acho que
431 foram três, mas duas tenho certeza – reuniões desta câmara, apareceu a metade dos membros e a metade dos
432 membros que não eram os membros das entidades públicas, e chegou numa das reuniões um documento da
433 FEPAM pedindo para a câmara técnica dar parecer. Montamos um ofício para a direção da FEPAM, pelo
434 CONSEMA, dizendo que bastaria que se tivesse quórum nas reuniões e que se voltasse a chamar as Câmaras
435 Técnicas. No ano passado, em duas oportunidades neste Conselho, chamamos a atenção, inclusive, enfatizamos a
436 Câmara Técnica na questão da municipalização do licenciamento ambiental e novamente não foi dada
437 importância. Com isso quero colocar, ninguém colocou que há dúvidas quanto a importância, acho que nenhuma
438 manifestação aqui foi no sentido de que isso não é importante, mas há quase dois anos a própria Câmara Técnica
439 estava tentando se reunir, e os órgãos colegiados não viram a importância. E foi colocado novamente, inclusive,
440 documentado para este Conselho e para a direção da FEPAM, que na época era a presidência do Conselho, as
441 dificuldades que se estava tendo com relação a esta Câmara. Acho que se essa iniciativa é extremamente salutar e
442 importante, também acho que é extremamente inoportuna. Pois durante todo esse tempo não houve convocação
443 dessa Câmara para se reunir e esse documento entrou na Câmara Técnica para ser discutido, como tantos outros?
444 Acho que já se tinha um caminho extremamente avançado e isso ficou para trás. No nosso ponto de vista, e até
445 não sei se tenho a possibilidade de dizer em nome de todas as entidades ecológicas, ou se volta à Câmara Técnica
446 ou estamos passando por cima de uma série de decisões do próprio Conselho, coisa que até hoje não tinha se
447 notado. Acho que não é a importância disso aparecer no Conselho neste momento, e sim a forma. Até quero dizer
448 que a maioria das coisas que estão aqui estão muito bem colocadas, acho que veio preencher algumas lacunas
449 que nós mesmos tínhamos tentado sanar. Mas a forma como está sendo colocada entendemos que não é a correta,
450 temos que resgatar a Câmara Técnica. Todo o trabalho que está registrado em Ata e documentado do trabalho
451 desta Câmara, das pessoas que se dispuseram de quinze em quinze dias vir aqui nos dois, três primeiros meses do
452 ano passado, durante as férias, quando o próprio Conselho não conseguiu se reunir. Viemos todos de longe para
453 ter reunião, chegamos aqui apenas os mesmos do Governo do Estado que não estavam aqui, alegando que
454 estavam se organizando para poder indicar representantes. Passou quase dois anos, os representantes foram
455 indicados por todos os setores e não se chamou, não se convocou nova reunião. Acho que temos que voltar a
456 pensar e a nossa posição, se não tiver nova convocação – é óbvio que a Câmara Técnica, nesse momento, não
457 existe mais, inclusive legalmente pelo que compreendo, mas se não resgatarmos esse trabalho, acho
458 extremamente complicado, inclusive, prosseguirmos nessa discussão. **Sr. Nelsohner da Rocha:** Todas as
459 brilhantes posições das pessoas que têm conhecimento aprofundado do assunto, quero referenciar o seguinte: não
460 tenho dúvidas de que o licenciamento dos municípios é limitado. Mas também não tenho dúvidas de que para
461 isso ocorra, o município tem que estar capacitado a realizar a missão. Quem foi no aniversário do Batalhão, no
462 meu pronunciamento falei sobre esse tema. É óbvio que para definirmos o compromisso é necessário que
463 realmente se possa assumir com competência, principalmente assumir com profissionais da área especializada
464 para que se possa levar a cabo um bom trabalho. Em função disso entendo que mesmo o município assumindo o
465 licenciamento, ele tem, primeiramente, que submeter-se as regras estipuladas pelo órgão superior. Agora,
466 entendo, perfeitamente, que os municípios têm que tratar do licenciamento, mas para que isso ocorra, temos que
467 trabalhar mais essa matéria, ser mais aprofundada e haverá um aprimoramento desse documento. Agora, que os
468 municípios precisam assumir esse papel, e também aqueles que tiverem condições de assumir o papel de polícia,
469 tem que ter algo no próprio ordenamento para que possamos auxiliar esse município nessa atividade que vai
470 desempenhar. **Sr. Presidente:** proponho uma opção de encaminhamento para o assunto, já contamos com a
471 presença do Dr. Ubiratan, do Gabinete de Orçamento e Finanças, para tratarmos do Orçamento Participativo. Em
472 primeiro lugar gostaríamos de ressaltar que a relação entre a Comissão Bipartite e o CONSEMA são papéis,

473 completamente, diferenciados e complementares. Ao CONSEMA está resguardada a sua competência. Em
474 segundo lugar, que no próprio envio da minuta, destacamos que a proposição seria apreciada pelo CONSEMA
475 para fazer e proceder, da forma e com o método, que o próprio Conselho julgasse mais adequado. Fizemos isso
476 em função da inexistência de funcionamento da Câmara Técnica, fato que temos mais de quarenta municípios,
477 hoje, na fila, oficiados ao Governo do Estado para iniciar o processo, e que já gostaríamos de ter um regramento
478 melhor para isso. Não gostaríamos de retardar muito mais esse início do processo nos municípios que já se
479 julgam habilitados. De fato a Câmara Técnica era grande, tinha mais algumas instituições, era presidida pelo
480 Centro de Biotecnologia, e ela está com o seu funcionamento encerrado há praticamente um ano. Não há de parte
481 da Secretaria nenhuma divergência de que ela seja retomada, mas para ser retomada é preciso que se discuta a
482 sua composição, precisa ser encaminhada a formalização, a publicação no Diário Oficial, e ela precisa ser
483 revocada porque o objeto central daquela Câmara original era de elaborar a listagem de empreendimentos e
484 atividades sujeitos a licenciamento ambiental e definir os empreendimentos com potencial poluidor, sejam de
485 cunho eminentemente local. Tarefa já, parcialmente, feita pela Resolução 05 e que, pelo título aqui, parece que a
486 idéia à época era de aperfeiçoar e dar seqüência a Resolução 05. Não temos divergência, se for esse o
487 entendimento da maioria do Conselho, no sentido de que essa câmara seja refundada. Só destacamos que é
488 necessário um compartilhamento coletivo em relação à Câmara Técnica, temos tido problemas em todas as
489 Câmaras com relação ao quórum, de responsabilidade dos órgãos do Governo, 1/3 deste Conselho e dos órgãos
490 extragoverno, 2/3 deste Conselho. E temos, hoje, uma situação objetiva de mais de quarenta municípios já tendo
491 oficiado à Secretaria de Meio Ambiente, à FEPAM, considerando-se aptos a desenvolverem o início do processo
492 de municipalização do licenciamento. Portanto, há uma pressa objetiva. Em dezembro enviamos ofício a todos os
493 municípios informando que esse assunto só seria retomado após a apreciação dessa proposição pelo Conselho. Só
494 destacamos que muito mais pelo interesse objetivo dos municípios, gostaríamos que esse assunto fosse tratado
495 com brevidade no âmbito deste Conselho. A proposição que tivemos, objetiva, até o presente momento – não há
496 nenhuma proposição apresentada de deliberação nessa reunião, e há uma proposição de retomada do
497 funcionamento dessa câmara. Algum posicionamento contrário a retomada da câmara. Há posicionamento
498 articulado de que esse assunto seja remetido à câmara para tratamento, que gostaríamos, em caráter de urgência.
499 **Sr. Salzano Barreto:** acho que se poderia estabelecer uma espécie de cronograma para essa câmara técnica,
500 dada a urgência, e aperfeiçoar o documento, como é consenso de todos – isso ficou bem claro. A importância da
501 regulamentação desse tipo de atividade, mas creio que certamente precisa de aperfeiçoamento, mas não há
502 necessidade, no meu entender, de longas e longas deliberações de câmara técnica para proporcionar esse
503 aperfeiçoamento necessário, pois o documento já encaminha a situação para uma fase bem avançada. **Sr.**
504 **Presidente:** encaminharíamos esse assunto para a câmara técnica, havendo consenso na proposição de que a
505 câmara seja reinstituída e de que esse assunto seja encaminhado à câmara, colocamos a apreciação a proposição
506 de avaliação de quais instituições comporiam essa câmara. **Sr. Marco Simon:** estava conversando com o
507 Conselheiro Jackson e me parece pertinente a manifestação anterior de que essa iniciativa também é muito
508 positiva. Uma vez reeditada a Câmara Técnica, entendemos que poderia ser dado um prazo inicial, porque, na
509 verdade, já estávamos discutindo isso. Inclusive, reclamamos na época, porque foi publicado no Diário Oficial
510 que essa Câmara Técnica apenas faria a listagem dos empreendimentos, e a nossa discussão era muito mais
511 aprofundada. Na época tentamos mudar legalmente e não foi mais possível. A proposta seria no sentido de se
512 colocar um prazo inicial, quinze, vinte, trinta dias para a câmara ter uma reunião e ver isso daqui como um
513 adendo a Resolução 05, e isso daqui vir para o Conselho deliberar positivamente ou não, com algumas
514 modificações, porque houve várias modificações que também entendemos que sejam pertinentes, para não,
515 digamos, atrapalhar o processo. Após isso, a câmara continuaria discutindo o aprofundamento das demais
516 questões, para não perdermos toda aquela discussão, realmente chegarmos a uma conclusão porque a câmara, se
517 não me falha a memória, teve um prazo de três meses prorrogado por mais três meses. Na época já entendíamos
518 que teríamos que nos reunir por mais seis meses, porque havia muitas coisas bastante aprofundadas que teriam
519 que ser discutidas. Felizmente, de uma forma ou outra, estávamos conseguindo. A proposta seria mais ou menos
520 nesse sentido, para que se estipulasse um prazo, antes disso teria que ter a publicação oficial. Inclusive com a
521 sugestão do Jackson, de colocar, trazer a própria comissão bipartite para a reunião da câmara técnica, até porque
522 tudo poderia somar-se nesse sentido. Acho que ninguém daqui está querendo desfazer o trabalho de “a”, “b” ou
523 “c.”, bem pelo contrário, somar. A proposta seria essa, recriar, estipular um prazo inicial para verificar essa
524 situação que é de melhoria da 05, sendo que após, a câmara continuaria até uma resolução final que, certamente,
525 englobaria, o que diz a 05 o que diria esse adendo e todas as outras considerações mais aprofundadas. **Sr.**
526 **Presidente:** a proposição seria a seguinte: seria reinstituída a câmara técnica, teria como norte tratar da
527 municipalização da gestão ambiental no Estado. Essa câmara tem o objeto maior que a minuta, o primeiro
528 assunto de que ela tratará é a minuta. Vamos acertar um prazo para que a câmara faça isso. Temos proposição de
529 prazo para isso? Trinta dias? **Sr. Jackson Müller:** questão de Ordem, Sr. Presidente. Como proposta estaríamos
530 reunindo o Conselho mensalmente. Digamos que em tempo hábil, trinta dias seriam suficientes para que essa
531 câmara se reunisse, fizesse uma análise, um parecer prévio e unida a comissão bipartite, trouxesse na próxima

532 reunião dos conselhos uma contraproposta ou uma proposta analisada pela própria câmara técnica, com o aval da
533 própria Comissão Bipartite. **Sr. Presidente:** de acordo, traríamos a próxima reunião do CONSEMA, salvo se
534 houver algum tipo de complexificação da discussão que impeça isso. Passaremos, agora, a apreciar a composição
535 da câmara. **Sr. Marco Simon:** Sr. Presidente. Sob o ponto de vista legal, qual é o prazo para instituir essa
536 câmara técnica com a sua publicação no Diário Oficial, viabilizaria-se com esse atendimento ao dispositivo legal
537 o prazo mínimo necessário para a reunião. **Sr. Presidente:** vamos deixar o indicativo e tentar fazer com que a
538 publicação seja o mais rápido possível. **Sra. Mara Sasso:** gostaria de fazer uma colocação. Acho que não seria a
539 questão de trazer uma contraproposta, mas, sim, agregar às observações aqui feitas. **Sr. Presidente:** a Câmara
540 Técnica toma por base a minuta apresentada pela SEMA, analisa, traz adendos, modificações, o que a câmara
541 entender adequado. Abriremos espaço para proposições relativas à composição, vamos explicar por que
542 queremos reabrir isso. Porque reeditamos, a pedido do Conselho, a câmara técnica do ICMS ecológico, é uma
543 câmara de quinze membros e ela nunca conseguiu reunir com quórum depois da sua reedição. Estamos com
544 indicativo de que as câmaras sejam menores, sem prejuízo da participação de quem queira acompanhar, mas que
545 os seus membros orgânicos sejam em menor número porque câmaras muito grandes têm muita dificuldade para
546 trabalhar. Passamos mais um ano sem mexer no ICMS ecológico porque a câmara não conseguiu ter quórum para
547 trabalhar durante o ano passado. Está aberto para proposições relativas à composição da câmara técnica,
548 inclusive para os que propõem que a câmara mantenha a mesma composição. A composição original era
549 ASEPAN, Centro de Biotecnologias – que era presidente -, CEA, Comitê de Bacias, FAMURS, FARSUL,
550 FEPAM, FIERGS, Amigos da Terra, Secretaria de Ciência e Tecnologia, SEDAI e Secretaria de Minas, Energia
551 e Comunicação, era composta por doze membros. **Sr. Gustavo Trindade:** um esclarecimento quanto ao que foi
552 perguntado pelo Conselheiro Marco, quanto a questão do prazo para publicação não existe problema, até Quarta-
553 feira se consegue ter publicada a portaria instituindo a câmara técnica. **Sr. Jackson Müller:** tivemos um episódio
554 também quando da reunião do Conselho Estadual nos meses de janeiro e fevereiro, em que vimos a possibilidade
555 de realizamos a reunião por não ter quórum. Entendemos que todas as entidades tenham a sua responsabilidade
556 assumida e delegada quando fazem parte de uma câmara de recursos, e que se tornasse uma espécie de sutil
557 aversão, divulgar os membros que não participam das câmaras técnicas ou que não comparecem a um ato de
558 responsabilidade da entidade que representam. Entendemos que a dificuldade que tivemos no andamento da
559 Câmara Técnica. **Sr. Presidente:** Conselheiro Jackson, esse assunto será tratado no âmbito da discussão do
560 Regimento Interno, assunto já avaliado. Câmara técnica com o seu trabalho já concluído, exatamente as únicas
561 duas reuniões que não deram quórum no ano passado foram as duas que tratariam do Regimento Interno, que
562 costuma ser um tema árido. Só vamos trazer, novamente, esse assunto à pauta do CONSEMA, quando tivermos
563 uma pactuação aqui de que todos nós vamos nos disciplinar para tratar também de assuntos menos interessantes e
564 avaliar esses mecanismos que já estão propostos pela câmara. A apresentação e composição da câmara técnica.
565 **Sr. Salzano Barreto:** considerando a minha exposição sobre essa nova atividade, essa nova visão olística da
566 promoção e proteção da saúde, absolutamente não desconsiderando o antigo formato da câmara, reivindico a
567 participação da Secretaria Estadual da Saúde. **Sr. Nelsohner da Rocha:** a Secretaria da Segurança Pública
568 gostaria de participar. **Sr. Flávio Lewgoy:** seria uma reunião mensal? **Sr. Presidente:** a dinâmica seria
569 estabelecida pela própria câmara, nesse momento, para este assunto, uma intensidade maior. **Sr. Flávio Lewgoy:**
570 coloco-me à disposição para compor. **Sr. Elisiário Toledo:** essa resposta teríamos que dar agora ou poderíamos
571 fazer uma consulta? **Sr. Presidente:** como indicativo, gostaríamos que a câmara fosse um pouco menor e que ela
572 fosse composta por entidades aqui presentes, que tivessem certeza da sua possibilidade de estar presentes para
573 viabilização de quórum, sem prejuízo da participação de quaisquer outros membros do Conselho como
574 convidados na câmara. Vamos lembrar que as câmaras não votam, quem vota é o Conselho. O que precisamos
575 na câmara é de um núcleo orgânico mínimo que trabalhe e traga para cá a proposição, inclusive com eventuais
576 divergências. **Sra. Sílvia Capeli:** Sr. Presidente, oferecemos-nos para participar dessa Câmara Técnica. **Sr.**
577 **Francisco Schardong:** aquelas entidades que já pertenciam a câmara, automaticamente estão inscritas ou não?
578 **Sr. Presidente:** não, estamos fazendo a consulta sobre o interesse, inclusive, das que já eram. **Sr. Francisco**
579 **schardong:** a FARSUL se coloca para participar. **Sr. Hugo Springer:** a FIERGS da mesma forma. **Sr. Jackson**
580 **Müller:** Sr. Presidente, para ganharmos tempo, quem sabe a nomeação. **Sra. Adriane Costa:** Sr. Presidente, o
581 CEA também tem interesse. **Sr. Presidente:** os voluntários são Secretaria de Saúde, Justiça e Segurança,
582 ASEPAN, AGAPAM, FIERGS, FARSUL e CEA. Procurando sempre guardar a proporção existente no próprio
583 Conselho. Mais, obviamente, a própria Secretaria. **Sra. Kathia Monteiro:** a Secretaria vai participar, e acho
584 importante a participação da FEPAM. **Sr. Presidente:** a Secretaria participará de todas as Câmaras. No nosso
585 governo a Secretaria participa como membro de todas as câmaras, salvo se o CONSEMA entender que não, uma
586 vez havia uma determinação do Governo anterior de que a FEPAM não deveria participar das Câmaras Técnicas
587 como membro. **Sr. Antônio Soler:** Sr. Presidente, a Secretaria de Coordenação e Planejamento não se candidata
588 a vaga, mas se for avisada das reuniões, ela virá participar como entidade colaboradora do processo. **Sr. Antenor**
589 **Pacheco:** a Secretaria de Obras também no mesmo enfoque. **Sra. Marlova Finger:** a Secretaria Municipal de
590 Porto Alegre também se oferece como colaboradora. **Sr. Ebersson Silveira:** a Secretaria de Energia, Minas e

591 Comunicação também como colaboradora. **Sr. Presidente:** em termos de composição orgânica, que sairá no
592 Diário Oficial: **Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria de Justiça e Segurança, ASEPAN, AGAPAN,**
593 **FIERGS, FARSUL, FAMURS, CEA, Comitês e SEMA.** São dez membros. Ficará ao encargo da câmara
594 eleger a sua presidência e também comunicar os vários órgãos que já manifestaram, de pronto, interesse em
595 colaborar, quais sejam Ministério Público Estadual, Secretaria de Obras Públicas, Secretaria de Coordenação e
596 Planejamento, SMAM Porto Alegre, Secretaria de Educação, Secretaria de Minas, Energia e Comunicação.
597 Ficaria ao encargo da SEMA, assim que houver a publicação no Diário Oficial, tomar a iniciativa de convocar a
598 primeira reunião de instalação da Câmara. **Sr. Jackson Müller:** devido a própria característica dessa câmara
599 técnica de trabalhar a questão ambiental estadual, pergunto se não é conveniente tenha caráter permanente em
600 vez de ser uma Câmara Técnica Provisória? **Sr. Presidente:** proponho que mantenhamos a câmara por doze
601 meses e resguardemos essa discussão de o que vai ser permanente ou temporário para o âmbito da discussão do
602 Regimento onde essas questões estão incluídas. Temos resolução sobre esse assunto, vamos agilizar a publicação
603 no Diário Oficial. Encerramos esse ponto. Agora temos a presença do Coordenador do Gabinete de Orçamentos e
604 Finanças Dr. Ubiratan, e trataríamos, na sua exposição, do orçamento participativo estadual e a questão
605 ambiental. Convidamos o Sr. Ubiratan para compor a mesa e fazer a exposição desse ponto. Gostaria de
606 comunicar a todos que o Gabinete da Secretaria não se encontra mais neste andar, 11º, estamos instalados nas
607 salas 910 e 911, no 9º andar, frente para a Av. Mauá e em breve iniciaremos as obras de estruturação do
608 auditório e sala de trabalho dos conselhos. **Sr. Ubiratan de Souza:** boa tarde aos Srs. Conselheiros. Estamos
609 trazendo ao conhecimento deste Conselho, a pedido do Sr. Secretário Langone, o nosso processo do orçamento
610 participativo que já começa a ser elaborado o orçamento 2001. Os senhores estão recebendo esse material, onde
611 na primeira página há um fluxograma do processo todo do orçamento participativo. Isso foi fruto de uma
612 avaliação crítica dos conselheiros e delegados do orçamento participativo e aberto à população durante o mês de
613 dezembro a sete de fevereiro. Durante esse período, que foi um período para avaliação, debate e de entrega de
614 proposições. O Conselho do orçamento reunido no dia 12 de fevereiro, com aquelas propostas colocadas no
615 prazo até o dia sete de fevereiro, passou a discutir o processo do orçamento participativo para o ano 2001 à luz
616 da experiência do ano passado. Para quem conhece o processo do orçamento participativo do ano passado, as
617 modificações substanciais em relação ao ano passado foram a criação de uma plenária regional de diretrizes, que
618 não houve no ano passado. No ano passado tivemos a assembléia temática do desenvolvimento, uma assembléia
619 regional e depois as assembléias públicas municipais. Neste ano, por uma avaliação da sociedade e também do
620 Governo, viu-se a necessidade de uma plenária regional de diretrizes que oportunizasse a sociedade e ao
621 Governo um planejamento regional. A experiência mostra que o orçamento do Estado não é uma reprodução dos
622 orçamentos dos municípios. Portanto, os prefeitos têm os seus orçamentos municipais para discutir com a
623 sociedade. O orçamento do Estado tem tantos programas estaduais como programas regionalizados de obras e
624 serviços e que se materializam, sim, em municípios que compõem essa região. Nessa plenária regional de
625 diretrizes, que começou já no Sábado passado, e continua neste Sábado e vai terminar, as últimas reuniões
626 regionais no dia 08 de abril, é um espaço para que as lideranças comunitárias regionais, COREDs, conselheiros e
627 delegados do orçamento participativo de uma região, prefeitos municipais, cidadãos em geral, possam, nesse
628 espaço regional, discutir, trocar idéias e oportunizar um planejamento regional e, no final desse debate, indicar as
629 diretrizes gerais, as diretrizes na área da infra-estrutura, na área do desenvolvimento econômico e as diretrizes na
630 área das políticas sociais. Essas diretrizes não têm caráter deliberativo, elas são orientadoras para os municípios.
631 Os municípios, depois, nas assembléias públicas, abertas ao cidadão, poderão contrariar essas diretrizes ou não
632 ou reafirmá-las nos seus debates, nas suas votações. A capacidade que tem uma plenária de diretrizes regional é
633 de estar realmente sendo representativa do conjunto dos municípios, ela terá uma consonância depois no
634 resultado da própria votação. Contrário, se essa plenária regional não for representativa do conjunto da sociedade
635 e desses municípios, vão aparecer materializadas nos programas e nas obras outras questões que não aquelas que
636 foram afirmadas nas diretrizes. Junto com a plenária regional de diretrizes, nós estamos realizando na mesma
637 reunião, fecha a pauta de diretrizes e começa na mesma reunião, com o mesmo cadastramento, a assembléia
638 temática do desenvolvimento. A assembléia temática do desenvolvimento trabalha com esses nove temas que os
639 senhores têm nesse folheto, e já é o processo de debate da elaboração do orçamento na parte daquilo que
640 conveníamos chamar de base temática para o desenvolvimento, onde temos uma base geográfica, que são obras e
641 serviços, uma base temática que trabalha programas tanto de desenvolvimento como de gerenciamento na parte
642 do desenvolvimento econômico e da infra-estrutura. Na temática os senhores vão encontrar agricultura como um
643 tema, com vários programas, com dezesseis programas; depois o tema ciência e tecnologia com três programas;
644 como terceiro tema o desenvolvimento do turismo, onde temos cinco programas. O tema geração trabalho e
645 renda, e o quinto tema que diz respeito, especificamente, a este Conselho que é meio ambiente, gestão urbana
646 ambiental e saneamento. Aí temos programas desde a elaboração de planos de desenvolvimento sustentado de
647 bacias hidrográficas até o décimo terceiro programa que é o programa de recuperação de áreas desertificadas na
648 metade sul. Esse último programa, inclusive, surgiu no ano passado, não estava na formatação dos programas do
649 meio ambiente, mas que as assembléias que aconteceram na região da Campanha colocaram isso e foi

650 incorporado neste ano. Depois o tema do transporte e circulação, tema de minas e energia e o último tema
651 Universidade estadual, que também é um tema novo, onde estamos colocando a possibilidade de a população
652 votar nas prioridades e colocar, inclusive, o seu grau de hierarquia dentro do processo de elaboração do
653 orçamento no que diz respeito a recursos orçamentários para desenvolver o projeto de estudos e implantação da
654 universidade estadual. No caso da universidade estadual, como é um processo em implantação, a parte da questão
655 orçamentária onde vamos recolher através do debate e do voto a vontade da população, vamos abrir um debate
656 público através de audiências públicas a partir do mês de maio, provavelmente, para discutir o conceito da
657 universidade estadual. Tipo como se pensa a universidade estadual, na medida em que o próprio processo do
658 orçamento participativo no ano passado, surgiram, de acordo com a comunidade em cada região, tinha propostas
659 desde localizar a universidade na sua própria região, e que não é esse o conceito que queremos discutir da
660 universidade estadual, mas de um conceito realmente estadual que trabalhe em cooperação com as universidades
661 regionais e também com os centros de pesquisa. Logicamente o governo vai lançar em debate uma proposta que
662 está sendo trabalhada pelo Governo, pela Secretaria de Educação e Secretaria de Ciência e Tecnologia e pela
663 Fundação Liberato Salsano, e pela Fundação de Recursos Humanos, e com o apoio de várias Secretarias como a
664 SEDAI e outras, para abriremos um debate com a comunidade. Essa é a novidade. Outra novidade é a questão da
665 temática não ser votada só neste ano, só nessa reunião regional. Vai também, e nesse fluxograma os senhores
666 podem ver que temos as assembleias públicas municipais em cada um dos municípios do Rio Grande. Ou seja, os
667 resultados que uma assembleia temática de desenvolvimento de uma região, que serão apurados através do voto,
668 serão somados aos resultados de uma votação desses mesmos temas, de acordo com a vontade da comunidade
669 em cada município, e vamos chegar no resultado da região, que é o somatório do voto ponderado em cada um
670 dos temas e o somatório dos votos em cada programa, para estabelecer a hierarquia dos programas dentro dos
671 temas. Portanto, não ficará nenhum município do Rio Grande, aquele cidadão que não pode se deslocar na região
672 para a reunião regional, poderá no seu município também votar a temática. Aparte disso, nas assembleias
673 públicas municipais, o cidadão também terá a oportunidade de além de votar na temática numa cédula própria da
674 temática, votará também nas obras e serviços, numa outra cédula onde temos temas como agricultura, transporte
675 e circulação, cultura, educação, assistência social, energia, segurança, geração trabalho e renda, gestão ambiental
676 e saneamento. Logicamente que as questões daqueles temas que estão na temática e que também estão nas obras
677 e serviços, eles não estão sobrepostos. O que está na temática não pode estar aqui repetido nas obras e serviços.
678 E saúde e habitação perfazendo onze temas. E a comunidade nessas obras e serviços, além de debater dentro da
679 competência que toca o Estado nesses temas questão elencados aqui, vai dar o endereço das obras ou dos
680 serviços que estiver propondo na hora da votação, na hora do debate antes da votação. Portanto, é diferente de
681 programas da temática, que são programas mais qualitativos. E em todas essas assembleias, a comunidade a cada
682 vinte pessoas tem direito a eleger um delegado para compor a plenária de delegados do orçamento participativo.
683 Esses delegados terão o papel de eleger os conselheiros do orçamento participativo. Os conselheiros do
684 orçamento participativo são distribuídos proporcionalmente, está na página 08 a composição do conselho
685 estadual do orçamento participativo, onde temos sessenta e nove conselheiros que são distribuídos regionalmente
686 pela população de cada região. Aqui há uma planilha, onde mostra como se compõe o conselho, porque aquela
687 plenária de delegados vai eleger os conselheiros para a última instância do orçamento participativo de acordo
688 com essa distribuição. Ou seja, tem sessenta e nove conselheiros, como os senhores podem ver na planilha, que
689 estão distribuídos proporcionalmente a população do Rio Grande do Sul. O total da população do Rio Grande do
690 sul que é de nove milhões, seiscentos e trinta e sete mil, e cada região tem a sua população e percentual sobre
691 essa população total. Há uma distribuição dos conselheiros de acordo com essa proporcionalidade, partindo do
692 mínimo de dois conselheiros por região. Depois temos os conselheiros da temática, dessa assembleia regional
693 que é realizada no início do processo, dos conselheiros que têm que ser eleitos pelos delegados, um conselheiro
694 tem que ser delegado daquela assembleia temática. Portanto, todas as regiões têm um conselheiro na área de
695 desenvolvimento igualmente distribuído. Isso não quer dizer que conselheiros que foram eleitos na assembleia
696 regional, além desse um, podem ser eleitos outros, desde seja a vontade do conjunto dos delegados. E a última
697 coluna que está em aberto, são mais sessenta e nove conselheiros que vão ser distribuídos proporcionalmente a
698 participação popular nas assembleias públicas do orçamento participativo sobre o total da participação no
699 Estado. Quando chegarmos no final do mês de maio e tivermos como participantes trezentas, quatrocentas mil
700 pessoas, esse vai ser o 100% e uma região que tem participado dez mil pessoas, vai-se estabelecer o percentual
701 sobre esse total. No ano passado participaram em torno de cento e noventa mil pessoas. A nossa previsão para
702 este ano é de um crescimento nas assembleias regionais, já houve um crescimento nas sete que se realizaram de
703 7%. Se projetarmos o crescimento das assembleias regionais para as próprias que ainda virão, terá um
704 crescimento de 22%, podendo ser maior. As assembleias públicas municipais que já começaram a ser realizadas
705 naquelas regiões que já realizaram a sua assembleia regional, como no caso da região da produção e da região
706 norte, já há um crescimento – há Municípios que cresceram 180% de participação. Há Municípios como
707 Coqueiros, na região da produção, onde participaram cento e setenta pessoas e agora participaram novecentas e
708 cinquenta e nove pessoas, o que dá, mais ou menos, 38% do eleitorado desse Município que é em torno de dois

709 mil e quinhentos. Estamos prevendo um crescimento da participação tanto nas assembleias regionais como nas
710 assembleias públicas municipais. Esses delegados vão eleger os conselheiros que lhes tocarem na região e esses
711 conselheiros serão os responsáveis para compor o conselho estadual do orçamento, que é a última instância, que
712 terá como tarefa a discussão e deliberação da proposta orçamentária no seu todo. Elaborada a partir das
713 prioridades que vierem da temática e também das obras e serviços definidas pelo orçamento participativo mais os
714 recursos para serviços essenciais do Governo, programas em andamento e desse conjunto de prioridades,
715 elaboraremos a proposta orçamentária e o detalhamento do plano de investimento. Essa proposta, os conselheiros
716 durante o mês de agosto, tomam posse no mês de julho, recebem um curso de formação sobre o orçamento
717 público, uma cartilha que no ano passado já elaboramos, onde tem todo o conceito da despesa pública, os
718 conceitos da Lei 4320, quais são as competências do Estado, os órgãos que compõem o Estado, a composição da
719 receita pública do Estado, os grupos de despesa do orçamento do Estado, de maneira que se preparam para no
720 mês de agosto, quando levarmos a proposta orçamentária dividida por grupos de despesa e por órgão, e também
721 detalhada por planos de investimento e serviços e programas, estarão habilitados a fazer essa discussão e também
722 levar essa discussão para cada uma das suas plenárias de delegados. A hierarquia que veio de cada programa, de
723 cada tema vai ser compatibilizada, esses delegados terão esse papel. O Governo, na medida em que está sendo
724 votado dentro do processo do orçamento as demandas da sociedade, cada órgão que tem que ver com aquela
725 demanda, vai passar a fazer uma análise técnica, legal e financeira e também de carência na região, onde os
726 delegados de cada região vão fazer a compatibilização e sistematização das prioridades elencadas em cada tema
727 com essa análise técnica. Portanto, os delegados têm um papel importante nesse processo e os conselheiros do
728 orçamento. Todas as prioridades de temas e programas e obras e serviços votados em cada tema nas assembleias
729 não podem ser modificadas nem pelo governo nem pela sociedade, ou seja, nem pelos conselheiros que foram
730 eleitos. Portanto, o processo do orçamento participativo é um processo de democracia direta, voluntária e
731 universal, onde o cidadão não precisa ter nenhum representante, é ele mesmo que participa desse processo, não
732 precisa pertencer a partido político, a nenhum tipo de organização. E aqueles que pertencem a qualquer tipo de
733 organização também, como cidadão, estão habilitados a participar desse processo. Mesmo quando se delega
734 representação para os delegados e para os conselheiros, eles não têm poder para modificar aquelas demandas e
735 aquela hierarquia que veio das assembleias públicas municipais e nem introduzir novas, ou seja, aquilo que não
736 foi votado nessas assembleias. Esse é o processo do orçamento participativo que estamos convidando toda a
737 sociedade, inclusive os cidadãos que compõem este Conselho, para participarem no seu Município, na sua região
738 desse processo. Seria isso. Estou à disposição dos senhores para perguntas. **Sr. Presidente:** vamos fazer uma
739 pequena rodada de perguntas e esclarecimentos e após passamos a eventuais manifestações. **Sra. Kathia**
740 **Monteiro:** essas plenárias de desenvolvimento são realizadas por região, mas as demandas apresentadas são
741 demandas regionais ou são demandas estaduais? **Sr. Ubiratan de Souza:** as demandas, quando se trata de
742 assembleia temática do desenvolvimento, que são os temas que estão colocados aqui, e que serão votados tanto
743 nessa assembleia regional como depois em todos os Municípios que compõem aquela região, e o somatório dos
744 votos é que vai dar a hierarquia dos temas e a hierarquia dos programas dentro dos temas. Tratam-se de
745 programas estaduais e regionais. Por exemplo, na agricultura – programa estadual de agroindústria familiar. É um
746 programa que tem uma política estadual, mas que vai-se materializar nas regiões. Inclusive na execução do
747 orçamento, depois, pela hierarquia que cada região dá, nós vamos, como o programa da agroindústria, não vamos
748 fazer uma estatal. A temática tem uma característica de além de trabalhar com recursos orçamentários naquela
749 parte dos programas e temas que são de desenvolvimento e não são de serviços e gestão do governo, são, além
750 dos recursos orçamentários, temos também disponibilização de recursos extraorçamentários. No caso, por
751 exemplo, da agroindústria, temos recursos do Banrisul, do BNDES, que são disponibilizados para projetos.
752 Damos assistência técnica através da EMATER para grupos de agricultores formatarem propostas de
753 agroindústria, com viabilidade econômica e na medida em que ela tem viabilidade econômica, ele pode-se
754 habilitar a um financiamento no programa de apoio a agroindústria. No caso, apoio a indústria neste ano, temos
755 recursos de dez milhões, oitocentos e vinte e cinco reais orçamentários e mais vinte e seis milhões e quatrocentos
756 extraorçamentários que estão disponibilizados via Banrisul como é o caso do PRONAF, Banrisul e Agência de
757 Fomento do Banrisul que tem recursos que chegam a um total de vinte e seis milhões e quatrocentos. Portanto,
758 essa execução, como não se trata de uma obra do Governo e nem de uma estatal que o Governo vai fazer, vai
759 depender da própria sociedade se organizar. Como aquelas regiões que votaram a agricultura em primeiro lugar
760 ou em segundo ou em terceiro, e que votaram o programa da agroindústria em primeiro, vão ter uma prioridade
761 em termos de dar assistência técnica para a formação de projetos. E a partir dessa escala, vai-se baixando para
762 todas as regiões que tenham agricultores que queiram fazer uma agroindústria. Da mesma maneira, na geração
763 trabalho e renda, temos o programa primeiro emprego, por exemplo, que é um programa do Governo, que é de
764 quatorze milhões e duzentos mil e que, de acordo com as prioridades que foram colocadas no orçamento 2000,
765 regionalizamos esses recursos para serem gastos dentro de cada região e dos Municípios que elencaram uma
766 hierarquia dentro da região. Logicamente que esse é um programa para o jovem que nunca teve emprego. Então,
767 de 16 a 24 anos poderão se habilitar a esse programa, mas as empresas da região também têm que se habilitar,

768 porque é um programa em que o Governo faz convênio com as empresas e paga os seis primeiros meses de
769 trabalho, a empresa assina a carteira de trabalho desse jovem que nunca teve trabalho antes e se compromete a
770 pagar o salário desse jovem por mais seis meses, totalizando doze meses, e dando formação profissional. E
771 durante esse período não pode demitir nenhum funcionário, para não haver uma substituição de mão de obra
772 nesse processo. Portanto, essa é a característica da temática. No caso de obras na temática, aí não são projetos de
773 desenvolvimento, mas de infra-estrutura, tem o caso de transporte, de obras estruturadoras de vias, de
774 pavimentação de vias estruturadoras, que aí a discussão na formatação da votação que teve pelas regiões, vamos
775 apresentar também quais aquelas estradas, de acordo com a priorização da comunidade. No caso das obras e
776 serviços, que não é da temática mas da base regional e que são votadas na assembléia pública municipal, o
777 endereço das obras é dado pela comunidade. A comunidade, de acordo com as competências que o Governo
778 estabeleceu, naquilo que é competência do Governo, o cidadão pode propor serviços ou obras dentro desses onze
779 temas que estão colocados aqui, e colocar, inclusive, qual o destino dessa obra, e aí haver a votação na
780 assembléia. O procedimento que fazemos na assembléia pública municipal que, nesse caso das obras e serviços, o
781 cidadão cadastra, através de um formulário na assembléia, o tipo de intervenção que ele está propondo. Essa
782 intervenção é colocada num cartaz com uma numeração no tema correspondente, para que toda a plenária da
783 assembléia conheça, e recebe um número. Ao final dos debates, o cidadão vai votar numa cédula única onde tem
784 o primeiro, o segundo e o terceiro lugares, bastando colocar o número daquela obra, daquele serviço que foi
785 proposto na assembléia para expressar o voto do cidadão. E ao votar numa demanda, digamos que seja de
786 transporte, que tenha o número dez, o cidadão ao colocar essa demanda de transporte em primeiro lugar, ele está
787 votando nessa demanda específica, com endereço, e também no tema transporte que passa a ser multiplicado por
788 três porque está sendo colocado em primeiro lugar. O mesmo cidadão ao votar em segundo lugar numa
789 determinada intervenção na área da saúde, no programa de municipalização solidária, vai estar votando nesse
790 programa e também na saúde em segundo lugar, e o tema saúde é multiplicado por dois. E se ele vota no meio
791 ambiente, numa intervenção da gestão ambiental sobre, por exemplo na questão do saneamento de implantação
792 de infra-estrutura de água e esgoto, ele também estará dando o endereço, terá um número e vai estar votando no
793 tema gestão ambiental e saneamento, e esse tema será multiplicado por um por ter sido votado em terceiro lugar.
794 E o voto do conjunto dos cidadãos que vai determinar qual tema fica em primeiro lugar, pelo voto ponderado, e
795 quais as obras e serviços em cada tema que ficam em primeiro, segundo e terceiro. **Sra. Kathia Monteiro:** Sr.
796 Presidente, gostaria de sugerir que o Sr. Ubiratan, ao dar exemplos, se detivesse a área ambiental, considerando
797 que esse é o assunto que nos interessa, senão a reunião vai-se estender, por mais que o assunto seja interessante.
798 **Sr. Flávio Lewgoy:** Sr. Ubiratan, não podemos deixar de ver que aqui tem serviços e obras de competência do
799 Estado que, também estão nesse folheto, mas os temas importantes não figuram no folheto. Não sei se isso se
800 refere a questão de anualidade, que são a educação e a segurança, segurança propriamente dita. É apenas uma
801 rápida observação e uma pergunta também. **Sr. Ricardo Süffert:** se bem entendi, o item de cada tema é que vai
802 para a Assembléia Pública Municipal para ser votado. **Sr. Ubiratan:** sim, tanto na lista tipo de obras e serviços
803 que estabelece as competências do Estado para o cidadão poder formular as suas demandas, vai na assembléia
804 pública municipal e esse também. O cidadão vai ter duas cédulas para votar, uma cédula para votar nos temas e
805 programas da temática. Os senhores têm, inclusive, o modelo de cédula quando é temática e quando é obras e
806 serviços. **Sr. Ricardo Süffert:** então, na municipal vai ser específico. **Sr. Ubiratan:** sim. **Sra. Kathia
807 Monteiro:** estou preocupada com o assunto da área ambiental. Por exemplo, aqui na ação nº 09, aspectos da
808 fiscalização e controle da poluição e proteção a biodiversidade. Estão os serviços da Brigada Militar e algumas
809 ações que a FEPAM realiza, onde poderíamos, por exemplo, solicitar mais viaturas para a Brigada Militar, mais
810 equipamentos para que a FEPAM pudesse fazer uma análise melhor, por exemplo, da qualidade da água, da
811 qualidade do ar. Se for a uma plenária regional, como vou pedir, por exemplo, que a Brigada tenha mais infra-
812 estrutura para o patrulhamento ambiental? E que não queremos isso só para a região de Porto Alegre, por
813 exemplo, queremos que esse patrulhamento ambiental se estenda para todo o Estado. Não é um programa
814 regional, como se faria isso? **Sr. Mário Teixeira:** o Estado possui na sua constituição a obrigação de ser
815 elaborado o plano plurianual, que compreende o período iniciado no exercício financeiro referente ao segundo
816 ano de mandato do Chefe do Executivo que vigora até o final do exercício financeiro do primeiro ano do
817 mandato subsequente. Qual é a ligação que está sendo feita desse orçamento participativo com o plano
818 plurianual. O plano plurianual deve ser elaborado a partir dos orçamentos de cada órgão estadual. **Sr. Ubiratan:**
819 vou começar pela última pergunta. O plano plurianual como o próprio nome está dizendo, é um plano, não é um
820 orçamento. Portanto, ele é elaborado no primeiro ano do governo que entra e vigora para os três anos seguintes
821 desse governo e para o primeiro ano do governo que suceder. Elaboramos o plano plurianual no ano de 99 com
822 discussões, inclusive com todos os conselhos regionais de desenvolvimento, porque naquele momento temos um
823 prazo muito limitado no Estado para elaboração do plano plurianual, que tínhamos que entregar em março na
824 Assembléia. Logramos, mesmo com esse curto tempo, em fazer uma discussão com os conselhos regionais de
825 desenvolvimento, e esse plano plurianual tem todos esses temas que estão elencados aqui, tanto numa lista de
826 obras e serviços, nas competências do Estado, como também na temática, todos eles estão aprovados no plano

827 plurianual. Não temos nada aqui que não seja elencado no plano plurianual. Portanto, o plano plurianual tem
828 programas que têm a elaboração do orçamento guarda uma relação com o plano plurianual na medida em que
829 todos os projetos, programas e que depois vão-se transformar no orçamento do Estado em projetos, atividades e
830 mesmo nos programas que guardam relação com o programa plurianual. **Sr. Mário Teixeira:** então esse é um
831 extrato do plano plurianual. **Sr. Ubiratan:** ele não é uma cópia linear, toda a elaboração do orçamento, ele
832 guarda uma relação com projetos e programas que estão no plurianual, do contrário não poderíamos estar
833 trabalhando com questões que não estão no plurianual. Portanto, tudo que está aqui, está no plano plurianual. E a
834 execução, a elaboração de um orçamento público guarda uma referência com o plano plurianual no sentido disso
835 que falei. Agora, a priorização, o que vai-se colocar no orçamento anual, que é onde se materializa a despesa
836 pública, aí é que é feita a discussão com a sociedade. A questão que levanta o Conselheiro Flávio dos temas
837 educação e segurança. O tema educação e segurança estão aqui elencados, aqui nas obras e serviços, onde estão
838 as competências do Estado nessas áreas. E também agora na temática, também tem um tema de educação que é a
839 universidade estadual. Se tratam de projetos qualitativos que, inclusive, guardam relação com financiamentos
840 extraorçamentários, além de fundos de equalização de crédito que temos no orçamento como FUNDAMEPE, e
841 essa temática é de desenvolvimento econômico e infra-estrutura. Por isso o caso da educação e da saúde e até da
842 segurança não estão aqui colocados, mas estão colocados aqui. A nossa discussão com o orçamento participativo,
843 inclusive no médio prazo, é incorporarmos na temática também a questão da educação e das políticas sociais em
844 geral, naquilo que não for obras e serviços, como é o caso da universidade estadual, que estamos incorporando
845 agora como um tema do desenvolvimento. Porque a universidade estadual é uma discussão que não é
846 simplesmente uma obra, e por isso ela veio para a temática e tem a ver com o desenvolvimento do Estado do Rio
847 Grande do Sul, com a criação, trabalhando com centros de pesquisa, com a formação de profissionais que vão
848 trabalhar dentro da nossa perspectiva de desenvolvimento. Por isso ela passa a incorporar a questão da temática.
849 A questão da saúde, por exemplo, temos nas obras e serviços já elencados na saúde o programa municipalização
850 solidária da saúde, que é um programa importante, onde todos os Municípios do Rio Grande do Sul recebem
851 recursos do tesouro do Estado, e também pólos regionais. Mas a saúde tem questões que também não são
852 somente de recursos públicos e que merecem ser discutidas e que pretendemos, durante este ano, fazer uma
853 discussão de incorporar questão da saúde que sejam políticas de definições que agora estamos fazendo numa
854 conexão junto com o Conselho Estadual de Saúde, junto com o orçamento participativo. A médio prazo
855 queremos incorporar, também, as questões de saúde e segurança. E a segurança faz parte, aqui, das obras e
856 serviços, como a Brigada Militar, a polícia civil e a SUSEPE, com construção, reforma e ampliação de prédios,
857 postos policiais, conclusão de obras de presídios, aquisição de equipamentos para o corpo de bombeiros, polícia
858 civil e militar e equipamentos de comunicação. A pergunta que a Conselheira Káthia fazia, de como pode propor
859 aquisição de viaturas para a fiscalização ambiental. Isso pode ser feito, quando na assembleia pública, formular a
860 proposta de aquisição de viaturas para a Brigada Militar, para o controle ambiental. Ou se é uma questão no tema
861 05 da temática, temos aqui a questão do meio ambiente, temos no programa 09 ações de fiscalização e controle
862 da poluição – água, ar e solo – e proteção da biodiversidade, fauna e flora silvestre. Isso significa o seguinte, se
863 esse programa for bem votado, se o tema meio ambiente ficar entre os três primeiros do Estado ou então se não
864 ficar bem colocado entre os três primeiros temas do Estado, digamos que fique em sétimo lugar no Estado, no
865 conjunto da votação da comunidade do Estado. Mas fica em primeiro ou segundo lugar numa região, vamos
866 atender àquela região prioritariamente e se esse tema ficar bem colocado aqui na hierarquia da votação da
867 comunidade, ele passa a ter, sim, uma hierarquia para ter preferência de alocação de recursos. Digo isso porque
868 planejamento não é elencar todas as dificuldades, todas as necessidades que temos no Estado em todos os temas,
869 e sim fazer uma hierarquia daquilo que é mais premente para a elaboração do orçamento público para o ano
870 seguinte. Porque os recursos são limitados, e não só porque recebemos uma situação financeira caótica que agora
871 começamos a recompor, mas mesmo que já estivéssemos com equilíbrio financeiro, igual necessitaria uma
872 hierarquia do que vem em primeiro, em segundo lugar, porque não há recursos suficientes para atender a todas
873 as demandas ao mesmo tempo no mesmo orçamento. Se esse programa 09 for bem votado no tema 05, e o tema
874 05 ficar no Estado ou numa região em geral em primeiro, segundo ou terceiro lugar, ele vai ter recursos em
875 função dessa hierarquização. Agora, se a votação desse tema for pequena e o programa também, vai ter um
876 recurso institucional para as suas atividades normais que já vêm realizando. **Sra. Kathia Monteiro:** na verdade,
877 nós não temos no orçamento participativo pensado em nível estadual e sim regional, porque a soma dos votos de
878 determinado assunto em todas as regiões é que vai dizer se o assunto é prioritário ou não para o Estado. Por
879 exemplo, a questão do meio ambiente para entrar prioritariamente em nível estadual, provavelmente todas as
880 regiões vão ter que considerar isso, vão ter que votar bem esse assunto, senão pode ser prioritário para algumas
881 regiões. **Sr. Ubiratan:** na terceira folha os senhores encontrarão isso. **Sra. Kathia Monteiro:** então não adianta,
882 por exemplo, irmos numa plenária de desenvolvimento, aqui em Porto Alegre, pensando em tentar influenciar o
883 planejamento em nível estadual, porque se as outras plenárias regionais não estiverem fazendo isso, eu não tenho
884 como influenciar o orçamento da região nordeste do Estado, só se eu for para lá. **Sr. Ubiratan:** mas lá tem
885 cidadãos que igual vão se preocupar com o meio ambiente ou não, na hierarquia das suas prioridades. **Sra.**

886 **Kathia Monteiro:** é isso que estou questionando, a gente não tem como fazer isso. O cidadão comum – isso não
887 é uma crítica – ele pede o que está mais perto dele, como infra-estrutura básica, estradas, saúde, educação e as
888 questões ambientais sempre ficam por último. Isso não é uma crítica ao orçamento participativo, só estou
889 tentando achar uma forma de que se possa tratar as questões ambientais como um todo em nível regional, sem
890 precisar dessa hierarquização em nível regional, porque não vamos conseguir isso. **Sr. Ubiratan:** essa questão
891 mostrar que o orçamento é participativo, pois envolve toda a sociedade em todas as regiões do Estado e nós
892 percorremos todos os Municípios. É uma questão de prioridade e de cultura política da sociedade, ou seja, se há
893 outras coisas na frente do meio ambiente para as pessoas, as pessoas vão colocar isso. Mas se há regiões com
894 problemas no meio ambiente, isso vai aparecer. Temos casos que nas assembléias temáticas apareceram, essas
895 zonas de deserto também apareceram. O voto ponderado de cada Município somado vai dar o tema prioritário na
896 região. A soma dos votos ponderados de cada região, vamos chegar aquele tema que ficou em primeiro lugar, em
897 segundo e até o novo, no caso da temática. E no caso das obras e serviços, até o décimo primeiro. Isso não
898 significa que um determinado tema não vai ter recurso, ele vai ter uma quantidade prioritária de recurso, mas ele
899 vai ter recursos. Darei o exemplo da habitação no ano passado que ficou em sétimo lugar regionalmente. Como
900 alocamos os recursos, claro que a agricultura levou mais recursos porque foi o primeiro lugar, a educação ficou
901 em segundo lugar e na hierarquia levou mais recursos e a saúde em terceiro lugar. Veio transporte em quarto
902 lugar, e transporte teve regiões que mesmo ficando em quarto lugar no Estado, botaram em primeiro lugar que foi
903 o caso do litoral. O litoral ficou com bastante recurso em transporte e pavimentação. No caso da habitação que
904 ficou em sétimo lugar no Estado, e não ficou em nenhuma região entre as três primeiras, baixamos ao nível dos
905 recursos que iríamos colocar para habitação, abaixamos em nível de Município. Pegamos todos os Municípios
906 que colocaram habitação de primeiro a quinto lugar, independente se ele não ficou colocado na região, e esses
907 Municípios que colocaram habitação em primeiro até o quinto lugar, distribuímos os recursos da habitação para
908 construção de casas populares e de produção de lotes e regulação fundiária, colocando o critério técnico de
909 déficit habitacional de cada Município, dentro da sua região, e a prioridade que botou em primeiro, segundo ou
910 terceiro, quarto e quinto. No caso do meio ambiente, igual teremos recursos, porque o orçamento se forma a
911 partir das hierarquias estabelecidas nas obras e serviços pela comunidade, pelos temas da temática e os
912 programas e também pelos recursos essenciais dos serviços que o governo já presta. O orçamento não pode ser
913 zerado, senão não teria uma lógica de fazermos novos investimentos a partir das prioridades do orçamento,
914 depois que esses investimentos são materializados em obras e equipamentos, e depois não se coloca o custeio
915 deles. Tem-se que ter o custeio, sim. A Secretaria do Meio Ambiente, no seu orçamento, teve recursos para tocar
916 aqueles serviços que já são colocados na sua prestação de serviço. O que ela pode aumentar mais o recurso, é que
917 além desses recursos necessários para tocar os serviços essenciais da Secretaria, que já foram frutos de outras
918 decisões, de outras comunidades em outros tempos, que, portanto, o Estado presta esse serviço. Em segurança
919 pública vamos colocar os recursos para pagar os brigadianos, para pagar o combustível das viaturas e assim por
920 diante. Os serviços essenciais também receberão recursos. Vamos aumentar numa região, por exemplo, a região
921 central foi a única que priorizou no ano passado a segurança pública. Então colocamos a maior quantidade de
922 recursos para equipamentos e viaturas na região central. **Sr. Presidente:** receberemos as últimas inscrições, já
923 que a nossa Pauta está comprometida e temos ainda que avaliar com os senhores o que fazer com o restante da
924 Pauta, antes que a reunião se comprometa mais em termos de quórum. **Sr. Mário Teixeira:** acho que esses
925 esclarecimentos sobre o orçamento participativo são extremamente importantes para nós, e gostaria de saber se é
926 possível termos acesso aos orçamentos de meio ambiente no Estado. Naturalmente que os orçamentos são feitos
927 por órgão, ou seja, existe um orçamento de meio ambiente da própria Secretaria de Meio Ambiente e em outras
928 Secretarias também existe uma destinação para questões ambientais. É o somatório desses orçamentos que vai-
929 nos dar a informação de quanto o Estado está tentando ou pretende investir em meio ambiente. Acho importante
930 termos essa informação. **Sr. Luiz Felipe:** gostaria de dar uma vivência da minha experiência no ano passado, em
931 várias regiões onde tem a questão ambiental, ficaram em terceiro ou até quarto lugar nas prioridades, exemplo
932 das questões locais. Por exemplo, na questão da desertificação, todos preocupados com investimentos para evitar
933 a desertificação. Por exemplo, na fronteira noroeste uma grande preocupação com atividades de conservação.
934 Aparecem as preocupações, mas não de uma maneira organizada como aparecem outras demandas, então acabam
935 não ficando em primeiro, segundo ou terceiro, mas se posicionando acima de outras questões que, em princípio,
936 pareceriam óbvias. Mas existe nas comunidades do interior sempre uma grande preocupação, talvez a resposta
937 esteja em elas serem mais organizadas cada vez mais para trabalharem em cima das demandas ambientais. **Sr.**
938 **Marco Simon:** só pegar como exemplo os programas 01, 02 e 03, que já apresentam o programa, fonte, público
939 alvo, atores envolvidos, critério de atendimento e os outros, pelo menos, aqui no folheto não apresentam. Mas a
940 minha preocupação, tendo esses atores envolvidos, seriam eles as instituições, como fonte do tesouro, seriam
941 esses atores envolvidos que receberiam a fonte dos recursos para cursos, treinamentos, implementação de
942 programas – estou citando como exemplo o tema 02, e os outros temas não apresentam essa separação por tema,
943 fonte, público e critérios. E se esses atores envolvidos são os que vão receber os recursos para implementação
944 dos seus locais de origem em nível estadual, por que não tem outros atores especificados como estão todos aqui,

945 que sabidamente há na área ambiental tem historicamente realizado muito mais serviços do que as próprias
946 instituições públicas oficiais. **Sra. Adriane Costa:** pode ser que eu não esteja vendo com clareza, mas me parece
947 que no ano passado, havia os programas do Pró Guaíba e Mar de Dentro, e não encontrei aqui. **Sra. Mara**
948 **Sasso:** gostaria de fazer uma observação. Seria interessante recebermos o caderno do plano de investimentos, o
949 que até poderia trazer alguns esclarecimentos. **Sr. Ubiratan:** a questão que o Conselheiro Mário levantou do
950 meio ambiente. A proposta orçamentária elaborada através do orçamento participativo no ano passado foi
951 aprovada na Assembléia Legislativa e hoje é uma lei e temos alguns vetos que fizemos e que serão votados na
952 Assembléia entre esta semana e a outra. Estamos só aguardando a questão dos vetos para fazer a publicação final
953 do livro do orçamento e ficar à disposição para todos os órgãos do Governo e também para os cidadãos. E
954 mesmo antes disso, já temos a proposta orçamentária que foi objeto de debate na Assembléia e que através disso
955 os senhores podem ter acesso. Aparte disso, os projetos de atividade que digam respeito ao meio ambiente de
956 outras Secretarias, de outros órgãos que não a FEPAM, a SEMA e também a Fundação Zoobotânica, também
957 podemos obter essa informação, até porque formatamos programas. No ano passado houve uma modificação da
958 legislação da 4320, onde abriu-se a possibilidade de os Estados formatarem os seus programas. Antes de tudo
959 tínhamos que trabalhar com os programas de 4320. Agora, os próprios Estados é que formatam os seus
960 programas e quando fizemos o plurianual no ano passado, fizemos um decreto regulamentador do Governador,
961 onde se enunciou todos os programas. E a vantagem dessa modificação foi que com esse nomes de programas,
962 foram criadas subfunções. Pode-se ter um programa de meio ambiente numa Secretaria de Saúde, e ela vai usar a
963 subfunção que tem a ver com o meio ambiente; fica mais fácil de puxarmos essas informações de projetos e
964 atividades relacionadas ao meio ambiente ou à saúde e assim por diante. Isso é possível e é só a Secretaria de
965 Meio Ambiente nos demandar isso, e entregamos aqui e vocês podem ter uma comparação se tem outros. De
966 cabeça não posso responder isso, mas podemos obter informações eletronicamente para somar a esses
967 orçamentos aqui que citei. A questão do exemplo da cartilha. Essa cartilha da temática vai ter critérios técnicos
968 que ainda estão em fase de elaboração, que vão ser impressos e agregados a essa cartilha. É que no caso da
969 Ciência e Tecnologia colocaram aqui como público alvo, direto, para facilitar a questão da discussão da ciência e
970 tecnologia que não é uma discussão simples e, portanto, ficou mais enunciado aqui. No caso da Ciência e
971 Tecnologia aqui foi detalhado, mas todas as outras também têm o detalhamento, os critérios técnicos para acessar
972 os recursos, principalmente quando a parceria da gestão é com a sociedade ou com organismos que não é o
973 Governo do Estado. No caso, por exemplo, da municipalização solidária da saúde, trabalhamos de fundo a fundo,
974 com recursos do fundo estadual de saúde, do fundo municipal dos Municípios, a habitação também. Então,
975 quando não é uma intervenção direta, simplesmente do Estado e tem parceria, formata-se os programas para
976 facilitar o entendimento do público que vai votar. Também o programa Pró Guaíba e Mar de Dentro neste ano
977 tiramos porque o Pró Guaíba é um programa já em andamento e consagrado. Na medida em que são programas
978 em andamento, não vamos pará-los. Só quando entrar numa outra fase, no caso do Mar de Dentro, que é um
979 projeto em estudo, e quando chegar na fase da contrapartida, aí vamos iniciar esse programa. A própria
980 elaboração da matriz do orçamento depois, no Conselho Estadual do Orçamento, esses programas vão aparecer,
981 porque são projetos em andamento. Mas coloquei que a matriz orçamentária é elaborada através das prioridades
982 das obras e serviços e dos temas e programas da temática e também dos projetos já em andamento e serviços
983 essenciais do Governo. Nessas três vertentes é que elaboramos o orçamento e o Conselho do Orçamento vai bater
984 o martelo. Por último, vou dizer que dessas sete reuniões regionais que envolveu a região central, sediada em
985 Santa Maria. Depois a fronteira noroeste, que foi em Santa Rosa. A região do Paranhame e costa da serra, a
986 região da produção, a região do Vale dos Sinos, Vale Taquari e a área metropolitana do Alto do Jacuí, o tema do
987 meio ambiente ficou em sexto lugar na colocação, dentro dos nove temas da temática. E o programa mais votado
988 do meio ambiente foi a promoção de estudos e identificação de ações e obras necessárias para o sistema de
989 esgotamento sanitário e tratamento dos rios. Esse foi o programa que teve cento e oitenta e nove votos. Em
990 segundo lugar programa de ações e execuções de investimentos para prevenção e combate de cheias e secas, com
991 cento e trinta e dois votos. E em terceiro, a elaboração de planos de desenvolvimento sustentado em bacias
992 hidrográficas com cento e onze, depois vai baixando com votações menores nos outros programas. No ano
993 passado, no final do processo, esses programas foram os que mais se evidenciaram. Os senhores têm, através da
994 Secretaria, possibilidade de acessar durante todo o período que vai até o final do mês de maio, quando vamos
995 percorrer todos os Município do Rio Grande do Sul, teremos as parciais desses resultados que os senhores
996 poderão saber na Secretaria do Meio Ambiente e nos acessando, temos reuniões constantes de avaliação do
997 processo do OP, onde passamos esses resultados. **Sr. Presidente:** gostaria de agradecer a disponibilidade do Sr.
998 Ubiratan em nos fazer essa apresentação. No ano passado não conseguimos fazer essa discussão nessa época, e a
999 de hoje foi muito esclarecedora. E ao encerramos esse assunto, devemos fazer uma avaliação sobre a
1000 continuidade da nossa reunião. São 17h15min e teríamos para avaliação um ponto na pauta e três pontos de
1001 assuntos gerais. O ponto da pauta é avaliação do CONSEMA. Nossa proposição objetiva em relação a isso é que
1002 estamos com um relatório já minutado, que apresenta todo o trabalho que o CONSEMA fez no ano passado. A
1003 situação das câmaras técnicas, resoluções adotadas, resoluções para apreciação. A nossa proposição é que

1004 distribuíssimos esse relatório na sua versão definitiva, e avaliássemos esse ponto na próxima reunião. Em relação
1005 aos três temas de Assuntos Gerais, podem ser e estamos preparados para informá-los aqui, desde que haja
1006 disponibilidade dos presentes. Seria o relato da situação das termelétricas, a questão da pesca e um assunto
1007 solicitado pelo Prof. Flávio. Se houver disposição, trataremos dos três assuntos. Se os Srs. Conselheiros julgarem
1008 que avançamos muito, proponho tratarmos dos assuntos mais conjunturais, porque se não forem tratados agora,
1009 perdem o sentido, como o assunto da pesca solicitado pela Conselheira Káthia e o assunto referente a Petrobrás
1010 solicitado pelo Prof. Flávio, deixando essa informação sobre as termelétricas para informe na próxima reunião.
1011 **Sra. Káthia Monteiro:** gostaria que esse assunto da pesca, que é algo muito específico, que seria em relação a
1012 mudança da portaria do IBAMA para liberação de barcos de outros Estados para pesca na Lagoa dos Patos.
1013 Gostaria que esse assunto fosse tratado hoje, porque entendo importante que este Conselho se manifeste junto ao
1014 IBAMA, só que pelo visto não temos quórum para aprovar um documento a ser enviado ao IBAMA ou ao
1015 Ministro do Meio Ambiente. **Sr. Presidente:** a proposição é de que tratemos dois dos assuntos previstos, pesca e
1016 Petrobrás, independentemente do quórum. Obviamente, havendo quórum, podemos deliberar sobre o assunto.
1017 Enquanto se verifica o quórum, passaríamos ao assunto da pesca. Como todos os senhores sabem, trata-se de uma
1018 ação de competência do IBAMA que, no que diz respeito a fiscalização dessa atividade em águas interiores é
1019 muito mais fiscalizada pelas PATRANs e pela Brigada Militar do que propriamente pelo IBAMA, uma vez que
1020 em geral há uma proporção de pelo menos cinco para um nas comissões de fiscalização dessa atividade, onde a
1021 Brigada Militar faz um trabalho mais pesado, mas cabe ao IBAMA o infracionamento. Esse assunto será tratado
1022 no âmbito do pacto federativo de gestão descentralizada e compartilhada e que iniciamos a discutir no Ministério
1023 do Meio Ambiente, podendo ser revisto. Tivemos no final de janeiro, início de fevereiro ocorrência de
1024 mortandade de peixes decorrentes do descarte de exemplares sem interesse comercial provenientes da pesca
1025 predatória da arrastão no litoral em alto mar. Tomamos a iniciativa de convidar o IBAMA para uma reunião aqui
1026 na Secretaria, pautar esse assunto especificamente, assim como a Brigada Militar, posteriormente Ministério
1027 Público Estadual e Federal, algumas ONGs envolvidas com o assunto. O objetivo era obter do IBAMA a garantia
1028 de uma fiscalização maior, embora compreendamos a dificuldade da fiscalização em alto mar. O IBAMA
1029 colocou a dificuldade de infra-estrutura, tentamos mapear a infra-estrutura necessária, e nos dispusemos a
1030 viabilizar alguma parte dessa infra-estrutura, capitania dos portos também, e no início de fevereiro estavam
1031 disponíveis pelo menos dois helicópteros, alguns barcos do efetivo da Brigada Militar, efetivos da SEMA para
1032 que se fizesse uma ação visando diminuir, na época, cerca de trinta a quarenta barcos por dia no litoral norte, sem
1033 contar no litoral sul, fazendo arrastão indiscriminado. No final de fevereiro tivemos uma manifestação do
1034 IBAMA solicitando então essa infra-estrutura. Quando foi feita essa manifestação, já tínhamos uma migração
1035 desse assunto da pesca para o assunto Lagoa dos Patos, envolvendo dois aspectos. O primeiro, uma pressão
1036 muito forte do Governo de Santa Catarina no sentido de mudar a Portaria 171 /98 do IBAMA, que estabelece, dá
1037 condições de pesca somente aos pescadores residentes no entorno da lagoa ou que comprovem que o seu
1038 principal meio de vida é a pesca na lagoa, e que estava se propondo a mudar essa portaria para abrir. Tivemos
1039 um fluxo muito grande de pescadores de Santa Catarina chegando ao Rio Grande do Sul anunciando que a
1040 Portaria seria mudada. E o outro, era a própria necessidade de fiscalização do cumprimento dessa portaria.
1041 Houve várias movimentações nesse sentido, a SEMA mandou uma carta ao Ministro Sarney sobre isso, já tem
1042 quase três semanas, e nos contatos que tivemos com o IBAMA, o IBAMA anunciou que a Portaria seria mudada,
1043 há duas semanas. O Ministro determinou ao IBAMA que não procedesse mudanças na Portaria sem que houvesse
1044 uma consulta formal ao governo do Rio Grande do Sul através da Secretaria do Meio Ambiente. Ficou acertado
1045 que qualquer modificação seria precedida de uma consulta ao Governo do Rio Grande do Sul, que por sua vez
1046 pactuou com os pescadores da colônia Z03 que a posição do Governo do Rio Grande do Sul seria a posição
1047 discutida no Fórum da Lagoa, que é a entidade que a época discutiu e pactuou a Portaria 171. De lá para cá
1048 passaram duas semanas e não tivemos nenhuma manifestação de Brasília referente a Portaria 171. E o apelo que
1049 fizemos ao Ministro naquele momento é que faltavam vinte dias para terminar a safra, que se fizesse uma boa
1050 discussão para a safra que vem, mas que não se alterasse agora, inclusive porque temos acesso a informação do
1051 próprio IBAMA que a população de pescado na Lagoa tem níveis preocupantes e que o número de pescadores
1052 hoje licenciados já é preocupante, e que uma alteração significativa de pescadores lá traria graves prejuízos à
1053 Lagoa. Há um pouco mais de uma semana, teve um reforço da manifestação dos líderes partidários na
1054 Assembléia Legislativa em relação ao assunto, e propusemos ao IBAMA que transferisse aquilo que era a
1055 disposição de fiscalizar em alto mar, principalmente o litoral norte, para a Lagoa dos Patos para efetivar o
1056 cumprimento da Portaria 171 e que mantida a Portaria 171 mantínhamos dezenas de pescadores atuando
1057 irregularmente lá. Disponibilizando novamente duas aeronaves, pelo menos, os efetivos da Brigada Militar que
1058 fossem necessários além dos efetivos locais – o Coronel Nelsohoner participou conosco -, efetivos da SEMA.
1059 Conversamos com a Captania dos Portos, viabilizou-se uma embarcação de grande porte para dar apoio às
1060 embarcações menores na apreensão e que permitisse, pelo menos, ficar quatro ou cinco dias direto, embarcado,
1061 sem a necessidade de voltar à terra. E a fiscalização iniciou ontem, segundo notícia a imprensa. A fiscalização
1062 iniciou tendo o IBAMA dispensado a possibilidade de acompanhamento da SEMA, que não julgou necessário, e

1063 também tendo dispensado o reforço militar que se tinha oferecido e as duas aeronaves, porque julgou o IBAMA
1064 que o que tinha era suficiente para fazer a fiscalização. Notícias a imprensa que vários pescadores catarinenses já
1065 estariam saindo da região, isso pode ser confirmado pelas pessoas que moram na região. Obviamente nesse
1066 período procurou-se não anunciar data e hora da fiscalização, porque isso desconstituiria o efeito surpresa de
1067 fiscalização. E é isso que temos até o presente momento. Trata-se de um episódio emergencial que vai fazer com
1068 que tenhamos uma discussão estratégica sobre a questão de pesca no Rio Grande do Sul, não só no âmbito da
1069 fiscalização como também no âmbito da área de fomento e dessa atividade com a sua importância econômica.
1070 Seria essa a informação que poderia ser complementada pelos presentes aqui. **Sra. Adriane Costa:** acho
1071 importante colocar essa questão, é que tu te referiste ao Fórum da Lagoa, que para mim é uma das questões mais
1072 importantes que temos nesse processo, porque participo desde que foi formado, há quatro anos, e foi um esforço
1073 de ordenamento da pesca na Lagoa dos Patos de um manejo que chamamos de participativo. Ou seja, as
1074 entidades afins, juntamente com as universidades e pescadores, sentaram-se durante esses quatro anos,
1075 mensalmente, para desenvolver esse ordenamento. Isso é que acho importante nessa questão toda termos bem
1076 claro, porque para quem não conhece o processo, na imprensa é a Portaria do IBAMA. É óbvio que precisava de
1077 um organismo, de um órgão para regulamentar, mas ela é fruto de uma discussão de muitos anos, é uma
1078 discussão participativa. Obviamente reconhece-se que há erros, não tinha como se fazer uma coisa perfeita. Em
1079 alguns momentos não tivemos a participação dos pescadores que esperávamos ter, mas de certa forma,
1080 entendemos ela como uma Portaria legítima por ser fruto de uma construção, ela chega a ser quase como um
1081 acordo entre as partes. É isso que viemos reforçar, que é importante termos isso claro e até auxiliarmos na
1082 divulgação, porque a imprensa também joga muito isso. Em Santa Catarina tivemos a oportunidade de constatar
1083 com a questão da briga entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e obviamente não é isso que queremos levar.
1084 Na verdade sabemos que os pescadores que vêm para cá são explorados tanto quanto os nossos pescadores
1085 artesanais daqui. Eles são mantidos por empresas, que pagam a estada deles ali, pagam o deslocamento e todo o
1086 pescado é comprado por um preço aviltante em relação ao trabalho deles, e ao sacrifício que eles passam, porque
1087 vêm com família – uma situação bastante delicada. É importante reforçarmos isso, porque existe muito jogo da
1088 imprensa. Na nossa imprensa maior local quase não notificou, só quando realmente não teve como segurar essa
1089 questão, é que a coisa veio para a rua. Mas em Santa Catarina era notícia de primeira página. E a questão era
1090 essa, que o Rio Grande do Sul estava correndo com o pessoal de Santa Catarina. Inclusive num jornal saiu que o
1091 Rio Grande do Sul queria a revogação da Portaria, uma distorção tamanha dos fatos. Gostaria de levantar duas
1092 questões, uma, que essa Portaria é fruto de um trabalho conjunto de várias entidades, as universidades tiveram
1093 um papel fundamental nessa questão, na descrição das espécies, de como funciona a sazonalidade. Essa interação
1094 entre água doce e água salgada traz um ecossistema sui generis. Então a Universidade com conhecimento,
1095 principalmente a FURG, mas também a UFP e a USPTEL tiveram um papel fundamental nesse processo. Esse era
1096 um fator importante levantar. E outro é isso, não é a briga dos pescadores gaúchos com os pescadores de Santa
1097 Catarina, é uma briga que se coloca como é o que diz realmente o primeiro artigo da Portaria, que seria o
1098 resguardo do espaço de pesca para quem vive no entorno da Lagoa. Então, o que se coloca é isso, só pode pescar
1099 quem licencia, e só licencia quem vive no entorno da Lagoa. Acho que é importante termos essas coisas claras,
1100 porque, de repente, vemo-nos confundidos propositadamente pela imprensa e por outros órgãos que têm interesse
1101 nessa briga. E é importante a gente ver que o pano de fundo é esse, que são pescadores explorados e que esse
1102 camarão, mais importante ainda, sai todo clandestino aqui do Rio Grande do Sul. Essa é outra questão bastante
1103 importante com relação ao Governo para tomarmos alguma atitude. **Sr. Nelsohner da Rocha:** a título de
1104 informação, o IBAMA dispensou o apoio da SEMA e da Brigada de Porto Alegre, mas conseguimos colocar
1105 nessa operação a PATRAN de Pelotas. **Sr. Antônio Soler:** gostaria de registrar que a imprensa local noticiou
1106 várias vezes que o IBAMA de Pelotas se pronunciava no sentido de que a SEMA, contrariamente ao que todos
1107 nós sabemos, não tinha colocado efetivamente à disposição os instrumentos necessários para fazer a fiscalização.
1108 Acho que também isso é uma questão que devemos nos preocupar, porque não havia informações verdadeiras na
1109 imprensa, especialmente na imprensa de Pelotas. **Sr. Presidente:** antes de encerrarmos esse assunto, queremos
1110 deixar claro que esse assunto jamais foi tratado pelo Governo do Estado com as representações locais do
1111 IBAMA, nem de Pelotas, nem de Rio Grande. Sempre foi tratado, no mínimo, na escala estadual e no máximo na
1112 escala do Ministro. O segundo ponto solicitado pelo Prof. Lewgoy é relativo a Petrobrás. **Sr. Flávio Lewgoy:**
1113 entreguei antes do início da plenária ao Dr. Langone um ofício que trata de dois episódios que em gestão anterior
1114 foram truncados, apesar da sua importância para a saúde pública e o meio ambiente, não tiveram
1115 prosseguimento. A imprensa noticiou, e assim como entrou, saiu. Como a Petrobrás está tentando sair da sua
1116 olímpica arrogância de não ligar para as manifestações, inclusive se recusando a fornecer relatórios a propósito
1117 do episódio que vou mencionar agora. É o seguinte, em Tramandaí o Secretário comentou um derrame de óleo
1118 cru a três e quinhentos mil metros, isso foi a dez dias aproximadamente. No Rio de Janeiro houve coisa bem mais
1119 grave, então a Empresa já está abalada e em função disso parece que está mudando o seu trato com as coisas
1120 públicas e o público em geral. Então é oportuno que agora se reabra dois casos. O primeiro deles, é a
1121 contaminação mercurial – não sei se leio o Ofício e ele é incorporado a Ata. **Sr. Presidente:** ele pode ser

1122 incorporado como anexo da Ata automaticamente. **Sr. Flávio Lewgoy:** então vou resumir. O primeiro episódio
1123 veio a público em 1997, mas na realidade, a contaminação mercurial já estava ocorrendo há quatro anos. Existe
1124 documentos a respeito que a empresa mantinha sob confidencialidade, uma coisa grave, revoltante. E mercúrio
1125 não é coisa que se brinque. O que aconteceu? Foi importado petróleo argentino com altíssimo teor de mercúrio,
1126 que é o Santa Cruz, e ele contaminou equipamentos da refinaria, contaminou, evidentemente, derivados como a
1127 nafta, gasolina, diesel – e prestem a atenção – gás líquido de petróleo, o que se queima na cozinha. Contaminou o
1128 meio ambiente, o Arroio Sapucaia, o Rio dos Sinos, provavelmente a Lagoa do Armazém e claro, o próprio lago
1129 Guaíba, sem falar no ar da Capital e cidades gaúchas. Na ocasião foi contactado um especialista de Campinas,
1130 creio que é o mais eminente do Brasil, Prof. Osvaldo “Semar” da UNICAMP, e ele teve acesso a muitos
1131 documentos. Então por um período de quatro anos com descargas contínuas de efluentes contaminados no
1132 terminal de descarga da REFAP no Arroio Sapucaia em Tramandaí. Ele calcula que, na melhor hipótese, na
1133 menos danosa, meia tonelada e, na pior hipótese sete toneladas de metal no meio hídrico, o que é uma coisa
1134 fantástica em termos de mercúrio. E que ele aponta um acúmulo, e aí ele teve muito menos elementos, de meio
1135 quilo a quase quinhentos quilos de mercúrio na Lagoa do Armazém. Mais importante ou tão importante quanto,
1136 ele afirma o seguinte: esses óleos crus provêm da mesma província de hidrocarbonetos do sopé dos Andes, e ele
1137 diz que é uma terra de ninguém, apesar do gás natural. Ele é denominado argentino e boliviano, mas na verdade
1138 vem tudo da mesma província, das mesmas camadas geológicas, que ele chama de terra de ninguém, entre o norte
1139 da Argentina e o sudoeste da Bolívia, de onde vem o gás “argentino que será ligado a um local em Uruguaiana –
1140 não sei se já está funcionando. **Sr. Presidente:** já, mas não ainda com gás. **Sr. Flávio Lewgoy:** de onde provêm
1141 o gás “boliviano” cujo gasoduto para o Mato Grosso e São Paulo já está em fase de obras. Há possibilidade de
1142 essas correntes gasosas estarem ou não contaminadas por mercúrio, é há tempo bastante para verificar, isso, o
1143 sistema de produção e tratamento do gás natural na boca dos poços, lá na tal terra de ninguém. Esse foi o
1144 primeiro evento que foi posta uma espécie de tampa de segurança, ninguém mais falou nisso. A própria FEPAM
1145 começou a fazer, tem documentos que o Sr. Secretário pode acessar porque estão aí. E o segundo tem a mesma
1146 gravidade e é mais recente, ele data de 98, é a revelação de um laboratório americano e do EIA-RIMA de
1147 ampliação da COPESUL, que existem dioxinas na região do pólo petroquímico. Nos dois casos não houve
1148 instalação de processo pela FEPAM, quer dizer, a revelação foi feita mas não foi adiante em coisas preliminares.
1149 Então é mais que tempo, dada a mudança de enfoque que estamos tendo agora, parece de dar andamento a essas
1150 denúncias até o seu término, até a apuração completa sobre o impacto sobre a saúde pública, sobre o meio
1151 ambiente e claro a responsabilização das eventuais empresas e indivíduos que tiveram participação. O ofício está
1152 entregue, está com o anexo, e a minha participação é essa. Obrigado. **Sr. Presidente:** procederemos a análise
1153 técnica do documento, existem processos administrativos abertos sobre os dois casos. A informação é de domínio
1154 público, então os processos estão disponíveis para consulta e se forem também solicitados, na medida em que
1155 discutirmos aqui, eles podem ser trazidos ao Conselho para informação. De qualquer forma trata-se de dois
1156 assuntos de dimensão bastante complexa, graves e vamos analisar e responder formalmente a sua solicitação,
1157 Professor. **Sr. Flávio Lewgoy:** e gostaria que o assunto ficasse pautado em caráter permanente até a sua solução.
1158 **Sr. Presidente:** está registrada a manifestação do Professor. Quero, também, registrar o recebimento de novos
1159 relatórios encaminhados pelo DAER sobre a Rota do Sol, que serão encaminhados aos Conselheiros que
1160 solicitaram receber os relatórios periódicos. Sobre o cronograma para reuniões do CONSEMA, proporíamos
1161 deliberar sobre esse calendário na reunião de avaliação do Conselho, na próxima, e o nosso indicativo seria o dia
1162 21 de abril, feriado, tendo-se duas possibilidades, que é o de 14 ou 28 de abril. Sugeriríamos aos Conselheiros
1163 que deixássemos como indicativo o dia 28 de abril. **Sra. Mara Sasso:** gostaria, apenas, de comunicar a
1164 substituição da nossa Suplente Sra. Rosa Rosado pela Professora Tamira Schorn. **Sr. Presidente:** está registrado
1165 e está sendo oficializado. **Sr. Ricardo Süffert:** tem alguns projetos tramitando na Assembléia Legislativa do
1166 Estado sobre a questão florestal, solicito ao Presidente que seja distribuídos para análise dos Conselheiros e
1167 também esses projetos porque alguns não foram publicados, que não envolvem as questões florestais
1168 especificamente, mas são bastante complicados em se aprovados como estão. Esses assuntos tendem a ser
1169 tratados na recente comissão criada, a Subcomissão da Assembléia Legislativa, inclusive acho que o CONSEMA
1170 se for convidado para fazer parte das reuniões, dessa subcomissão, acho que poderia-se deliberar sobre esses
1171 assuntos. Solicito ao Sr. Presidente que sejam distribuídos aos Conselheiros esses projetos que lá tramitam. **Sr.**
1172 **Presidente:** procederemos a distribuição por correspondência dos projetos referidos pelo Conselheiro Ricardo.
1173 Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos da presente Reunião às 17h40min.